



**UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**ANALISE DA INCLUSÃO SOCIAL DOS ALUNOS COM
NECESSIDADES INTELECTUAIS: DESAFIOS E CONQUISTAS NO
ENSINO FUNDAMENTAL DA MARIA DE NAZARÉ, MUNICÍPIO DE
ARAPIRACA, ALAGOAS, BRASIL**

Maria de Lourdes Ribeiro da Silva Alves

Asunción - Paraguay

2024

Maria de Lourdes Ribeiro da Silva Alves

**ANALISE DA INCLUSÃO SOCIAL DOS ALUNOS COM
NECESSIDADES INTELECTUAIS: DESAFIOS E CONQUISTAS NO
ENSINO FUNDAMENTAL DA MARIA DE NAZARÉ, MUNICÍPIO DE
ARAPIRACA, ALAGOAS, BRASIL**

Tesis presentada a la Universidad Autónoma de Asunción- UAA, como requisito parcial para la obtención del título de Maestría en Ciencias de la Educación.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Torres González

Asunción-Paraguay

2024

Alves, M. L. R. S. (2024). **Análise da inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais: desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.** Maria de Lourdes Ribeiro da Silva Alves (p. 107)

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Torres González

Disertación (Maestría en Ciencias de la Educación) – UAA / Facultad de Ciencias y de la Educación y Comunicación - Maestría en Ciencias de la Educación, 2024.

Palabras-Claves: Inclusión Social; Educación Especial; Enseñanza-aprendizaje; Desafíos.

Maria de Lourdes Ribeiro da Silva Alves

ANALISE DA INCLUSÃO SOCIAL DOS ALUNOS COM
NECESSIDADES INTELECTUAIS: DESAFIOS E CONQUISTAS NO
ENSINO FUNDAMENTAL DA MARIA DE NAZARÉ, MUNICÍPIO DE
ARAPIRACA, ALAGOAS, BRASIL

Esta tesis fue evaluada y aprobada para la obtención del título de Master en Ciencias de la
Educación por la Universidad Autónoma de Asunción- UAA.

Avaliador(a) _____

Avaliador(a) _____

Avaliador(a) _____

Asunción – Paraguay

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas as pessoas que tornaram esta jornada possível em especial aos meus pais in memoriam Deusdete Ribeiro da Silva e José Inácio da Silva.

Aos meus filhos amados Pedro Rafael Ribeiro e Ruan Matheus Ribeiro pelo amor incondicional, pois são eles minha fonte de inspiração e força. Essa busca do conhecimento e de uma formação de qualidade é um desejo de melhorar o futuro de vocês e que mesmo com as adversidades da vida devemos seguir a diante e lutar por dias melhores, e é com amor e gratidão que dedico este trabalho a vocês. Espero que este esforço inspire vocês a perseguirem seus próprios sonhos com dedicação.

Aos alunos, professores, que generosamente compartilharam seus conhecimentos, enriquecendo assim minha pesquisa e a toda equipe da Escola de Ensino Fundamental Maria de Nazaré.

Que cada página desta dissertação seja um incentivo à uma melhor compreensão a todos que enfrentam Dificuldades intelectuais.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao meu amigo Ismael de Sousa da Silva que mesmo distante e de forma incansável me motivou bastante, sua ajuda foi de suma importância. Cada conversa e troca de ideias colaboraram para o meu bom desempenho.

Ao meu Orientador Prof. Dr. José Antonio Torres González cuja orientação e apoio a este trabalho foram essenciais para o meu desenvolvimento. Sua paciência e dedicação foram inestimáveis durante esta jornada.

Este estudo foi enriquecido pela colaboração e apoio da comunidade escolar da Escola de Ensino Fundamental Maria de Nazaré, estou profundamente agradecida e espero que essa pesquisa possa contribuir de alguma forma.

“A inclusão social só vai acontecer quando a sociedade entender que todos merecemos o direito de ter as mesmas oportunidades.” –

Marianna Moreno

SUMARIO

LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE FIGURAS.....	x
LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE GRÁFICOS.....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xiii
RESUMEN.....	xiv
RESUMO.....	xv
INTRODUÇÃO.....	1
A Justificativa da Pesquisa.....	1
A Problematização da Pesquisa.....	1
As Perguntas da Pesquisa.....	1
O Objetivo Geral da Pesquisa.....	2
Os Objetivos Específicos da Pesquisa.....	2
A Relevância da Pesquisa.....	4
1. UMA VISÃO HISTÓRICA DA INCLUSÃO SOCIAL DOS ALUNOS COM DI	5
1.1. Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil.....	6
1.2. O pai da Educação Especial.....	8
2. A LEGISLAÇÃO PERTINENTE À INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DI NO ENSINO REGULAR.....	11
3. PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES QUE COMPROMETEM A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DI NO ENSINO REGULAR.....	18
3.1. A função da escola na perspectiva da inclusão na educação.....	21
3.2. O papel dos pais no processo de inclusão social de seus filhos no Ensino Regular.....	23
3.3. Avaliação: como conduzir este processo numa perspectiva de inclusão...	24
3.4. Conhecimento Compartilhado junto ao aluno com Necessidade Intelectual.....	26

3.5.	A importância da formação continuada com Professores que lecionam em turmas de ensino regular.....	28
4.	COMPREENDER COMO OCORRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DI.....	31
4.1.	As implicações quanto a inclusão social dos alunos com DI da Escola Maria de Nazaré.....	37
5.	MARCO METODOLOGICO.....	39
5.1.	As Perguntas da Pesquisa.....	39
5.1.1.	A Pergunta Geral. Da Pesquisa.....	39
5.1.2.	As Perguntas Específicas da Pesquisa.....	39
5.2.	Problematização da Pesquisa.....	39
5.3.	Os objetivos da Pesquisa.....	40
5.3.1.	Objetivo Geral da Pesquisa.....	40
5.3.2.	Objetivos Específicos Específicos.....	40
5.4.	Lugar da Pesquisa.....	40
5.4.1.	Histórico da Cidade de Arapiraca, Alagoas, Brasil.....	40
5.4.2.	A Instituição Escolar.....	44
5.5.	A Delimitação da pesquisa.....	46
5.6.	Tipo de Pesquisa.....	46
5.7.	População e Amostra da pesquisa.....	47
5.8.	Os Instrumentos e coletas de dados da pesquisa.....	48
5.9.	Procedimentos para Coletas de dados.....	49
6.	ANALISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	51
6.1.	Análises dos Resultados do questionário aplicado aos professores (as) da Escola.....	51
6.2.	Análises dos Resultados da entrevista aberta aplicada aos professores (as) da Escola.....	61
	CONCLUSÃO.....	72
	RECOMENDAÇÕES.....	76
	REFERÊNCIAS.....	78
	APÊNDICES.....	82
	ANEXOS.....	91

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Técnica utilizada na pesquisa.....	50
-----------	------------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Localização do Estado de Alagoas no Mapa do Brasil.....	41
FIGURA 02	Localização da Cidade de Arapiraca (Alagoas), no Mapa do Brasil.....	42
FIGURA 03	Árvore Arapiraca.....	42
FIGURA 04	Vista da Cidade de Arapiraca.....	43
FIGURA 05	Fachada da Escola De Ensino Fund. Maria De Nazaré.....	44
FIGURA 06	Área interna da Escola.....	45
FIGURA 07	Pátio da Escola.....	45
FIGURA 08	Banheiros dos alunos.....	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	População e amostra da pesquisa.....	47
TABELA 02	Você tem curso de especialização? Qual o curso?.....	61
TABELA 03	Quais as maiores dificuldades que você tem encontrado em trabalhar com seus alunos que apresentam transtornos de aprendizado na leitura e escrita?.....	62
TABELA 04	Quando percebe que um de seus alunos apresenta transtorno de aprendizado você o encaminha logo para o setor responsável da escola?	
TABELA 05	De que maneira tem buscado solucionar os problemas de aprendizado de seus alunos, relacionado a leitura e escrita?.....	63
TABELA 06	Como você tem lidado com os alunos apresentam dificuldades de aprendizado na leitura ou na escrita?.....	64
TABELA 07	Acha que a escola deveria ter um profissional específico para atender os alunos que apresentam transtorno de aprendizado?.....	65
TABELA 08	Sabe preparar um projeto específico baseado nas dificuldades que apresentam os alunos com transtorno de aprendizado?.....	67
TABELA 09	Tem conhecimentos de algum projeto específico que pode apoiar, solucionar os problemas apresentados pelos alunos que apresentam transtorno de aprendizado?.....	68
TABELA 10	Tem participado da elaboração de algum projeto específico para apoiar o desempenho dos trabalhos escolares da sua escola?.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Você tem especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais?.....	52
GRÁFICO 02	Você tem alunos que apresentam transtornos específicos no aprendizado da leitura e escrita?.....	52
GRÁFICO 03	Seus alunos que apresentam problemas de aprendizagem: são na maioria meninos ou meninas?.....	53
GRÁFICO 04	Os seus alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem tem procurado você para falar sobre o problema?.....	54
GRÁFICO 05	Tem sabido lidar com os problemas que seus alunos apresentam no aprendizado da leitura?.....	55
GRÁFICO 06	Tem tido capacitação para acompanhar seus alunos que apresentam problemas de aprendizado na leitura e escrita?.....	56
GRÁFICO 07	Em que aprendizado seus alunos apresentam dificuldades: na leitura ou na escrita?.....	57
GRÁFICO 08	A escola em que trabalha oferece atendimento específicos para os alunos que apresentam transtorno de aprendizado?.....	58
GRÁFICO 09	Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizado comprometem o desenvolvimento dos outros colegas de sala de aula?.....	59
GRÁFICO 10	A escola dispõe de materiais educativos especializados para trabalhar as dificuldades dos alunos com DI?.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS

DI	Deficiência Intelectual
CEBE-	Câmara de Educação Básica
CEAA-	Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
CNE-	Câmara Nacional de Educação
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
FUNDEB-	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
LDB-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC-	Ministério da Educação e Cultura
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação
PNE-	Plano Nacional da Educação
PCNER-	Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso
SEMED-	Secretaria Municipal de Educação

RESUMEN

La investigación presente versa sobre el análisis de la inclusión social de los alumnos con necesidades intelectuales: desafíos y conquistas en la enseñanza Básica en la Escuela Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil. Tiene como objetivo general analizar la inclusión social de los alumnos con necesidades intelectuales, sus desafíos y logros en la Enseñanza Básica de la Escuela Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil. Sus objetivos específicos son: identificar los desafíos enfrentados por los alumnos con DI en la Enseñanza Básica de la Escuela Maria de Nazaré; conocer la legislación pertinente a la inclusión de los alumnos con DI en la Enseñanza Básica; y determinar las implicaciones que comprometen la inclusión de los alumnos con DI en la Enseñanza Básica en la Escuela Maria de Nazaré. Basada en los estudios de los siguientes teóricos: Fonseca (1995); Araújo (2005); Carvalho (2010); Mazzotta (2005); Smith (2008), Sasaki (2005); Tédde (2012); Blanco (2002); Brasil (1988); Brasil. (1994); Brasil. (1996); Brasil. (1996); Brasil. (1997); Brasil. (1999a); Brasil.(1999); Briant, Oliver (2012); Carvalho (2010); Castilleja (2012); Creswell, (2010); Dias, Silva Neto (2009); Duek (2006); Ferreira (2004); Furtado (2010); Gallo, (1999); Jannuzzi (2004); Tessaro, Bray, Rossato (2009), y otros. La metodología de la investigación está basada en un estudio bibliográfico, descriptivo, de enfoque cualitativo, el tipo de muestra es probabilística simple, población consta de 18 profesores, los instrumentos de la investigación e un cuestionario cerrado, y una encuesta abierta. La investigación fue realizada en el año de 2023. Esta investigación posibilita una visión histórica y actualizada de los desafíos, logros e implicaciones de la inclusión de los alumnos con DI en la Enseñanza Básica de la Escuela Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, caracterizando como estaba ocurriendo a la inclusión de los alumnos con DI, como los profesores participaban de ese proceso. Pretenderse con esta investigación sea objeto de estudio por los docentes interesados en discutir sobre las prácticas de inclusión aplicadas en la enseñanza regular. La práctica pedagógica puede ser un camino de éxito o falla. De éxito cuando esta práctica es inclusiva, por lo tanto, democrática, contribuyendo de esa manera a la conquista del aprendizaje, su autonomía y emancipación, donde el docente ejerce un rol importantísimo cuando o su conocimiento es dirigido a las diferencias y no a los diferentes.

Palabras-Claves: Atendimento Especial, Enseñanza aprendizaje, Inclusión, Deficiencia Intelectual, Desafíos, Logros.

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre Análise da inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais: desafios e conquistas no ensino Fundamental na Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil. Tem como objetivo geral analisar a inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil. Seus objetivos específicos são: identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré; conhecer a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental; e determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré. Baseada nos estudos dos seguintes teóricos: Fonseca (1995); Araújo (2005); Carvalho (2010); Mazzotta (2005); Smith (2008), Sasaki (2005); Tédde (2012); Blanco (2002); Brasil (1988); Brasil. (1994); Brasil. (1996); Brasil. (1996); Brasil. (1997); Brasil. (1999a); Brasil.(1999); Briant, Oliver (2012); Carvalho (2010); Castilleja (2012); Creswell, (2010); Dias, Silva Neto (2009); Duek (2006); Ferreira (2004); Furtado (2010); Gallo, (1999); Jannuzzi (2004); Tessaro, Bray, Rossato (2009), e outros. A metodologia da pesquisa está baseada numa pesquisa bibliográfica, descritiva, de enfoque qualitativo, o tipo de amostra é probabilística simples, população consta de 18 professores, os instrumentos da pesquisa são 1 questionário fechado e 1 entrevista aberta. A pesquisa foi realizada no ano de 2023. Esta pesquisa possibilita uma visão histórica e atualizada dos desafios, conquistas e implicações da inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, caracterizando como estava ocorrendo à inclusão dos alunos com DI, como os professores participavam desse processo. Pretende-se que este trabalho seja objeto de estudo pelos educadores interessados em discutir sobre as práticas de inclusão aplicadas no ensino regular. A prática pedagógica pode ser um caminho de sucesso ou de fracasso. De sucesso quando esta prática é inclusiva, portanto, democrática, contribuindo dessa forma para a conquista do aprendizado, sua autonomia e emancipação, onde o docente exerce um papel importantíssimo quando o seu olhar é dirigido para as diferenças e não para o diferente.

Palavras-Chaves: Atendimento Especial, Ensino Aprendizagem, Inclusão, Deficiência Intelectual, Desafios, Conquistas.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar das pessoas com necessidades especiais no Brasil, iniciou com o desenvolvimento do processo desta inclusão, desde os hospícios até a inclusão no ambiente educacional. No século XIX as pessoas com deficiência mentais não recebiam qualquer tipo de educação, eram tratados como “alienados mentais” e não recebiam qualquer tipo de tratamento. Conforme Mazzotta (2005) aqueles que não oferecessem riscos à sociedade ficavam vagando pelas ruas já os agressivos, eram destinados a ficar acorrentados dentro de cadeias.

Na sociedade as pessoas com DI enfrentam desafios, em relação à acessibilidade, preconceito, discriminação, entre outros. Já alcançaram conquistas através de documentos, leis, movimentos da sociedade civil, garantindo os seus direitos através de uma política integradora. Entretanto, na instituição escolar emergem implicações na questão da acessibilidade com infraestrutura adequada, dos recursos didáticos pedagógicos e na formação da equipe multidisciplinar que podem comprometer o processo de inclusão, que está legalmente regulamentado e assegurado.

O fundamento teórico da pesquisa foi fundamentado nos seguintes teóricos e estudiosos: Fonseca (1995); Araújo (2005); Carvalho (2010); Mazzotta (2005); Smith (2008), Sasaki (2005); Tédde (2012); Blanco (2002); Brasil (1988); Brasil. (1994); Brasil. (1996); Brasil. (1996); Brasil. (1997); Brasil. (1999a); Brasil.(1999); Briant, Oliver (2012); Carvalho (2010); Castilleja (2012); Creswell, (2010); Dias, Silva Neto (2009); Duek (2006); Ferreira (2004); Furtado (2010); Gallo, (1999); Jannuzzi (2004); Tessaro, Bray, Rossato (2009), e outros.

Surgiram as seguintes *perguntas da pesquisa*: 1) Quais são os desafios enfrentados pelos alunos com DI no Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré; 2) Qual é a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental? 3) Quais são as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré?

Diante de tais indagações urge plantear uma *pergunta norteadora da questão*: Quais são os desafios, conquistas e implicações na inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais no Ensino Fundamental Maria de Nazaré, no Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.

A *problematização da pesquisa* surgiu diante dessa preocupação com a inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais, onde a instituição escolar emergem implicações na questão da acessibilidade com infraestrutura adequada, dos recursos didáticos pedagógicos e na formação da equipe multidisciplinar que compromete-se no processo de inclusão, que está legalmente regulamentado e assegurado, buscou-se através desta pesquisa, descrever e interpretar os dados, sobre como estava ocorrendo o processo de inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais no Ensino Fundamental da Fundamental da Escola Maria de Nazaré, no Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.

O *objetivo geral* é analisar a inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.

Foram estabelecidos os seguintes *objetivos específicos* nessa investigação: 1) Identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré; 2) Conhecer a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental; 3) Determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.

Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, desenho não experimental, e enfoque qualitativo. Como técnicas de coletas de dados, utiliza-se de 1 (um) questionários fechados, para os professores, 1 (uma) guia de entrevista aplicada para os professores. Para consolidar a pesquisa e responder aos objetivos propostos, a pesquisa foi realizada tendo como sujeitos participantes 18 professores do Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.

O interesse pela pesquisa se dá a partir da necessidade de melhor compreender como ocorre o processo de inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, uma vez que não acompanham o mesmo ritmo de aprendizagem.

Este trabalho possibilita-se uma visão histórica e atualizada dos desafios, conquistas e implicações da inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, caracterizando como estava ocorrendo à inclusão dos alunos com DI, como os professores participavam desse processo, a estrutura arquitetônica da escola, os recursos didáticos pedagógicos disponíveis, a sua utilização no processo de ensino e a qualificação dos profissionais envolvidos na construção da aprendizagem. A referida pesquisa promoveu discussões, envolvendo as questões da prática inclusiva, concretizando as mudanças na sociedade, que ainda convive com práticas discriminatórias nos mais diversos sentidos, como também nos espaços educacionais.

No que se refere ao fracasso escolar, à forma de como é desenvolvida a prática pedagógica, não respeitando as possibilidades individuais de aprendizagem pode gerar: discriminação, preconceito, baixa estima, rotulando os alunos com DI de incapazes e de fracassados, desacreditando e não contribuindo para seu desenvolvimento cognitivo e sócio afetivo, conforme aborda Pacheco (2007) “O rompimento dessa fronteira torna-se, então, uma das chaves para a inclusão”.

Pretende-se que este trabalho seja objeto de estudo pelos educadores interessados em discutir sobre as práticas de inclusão aplicadas no ensino regular. A prática pedagógica pode ser um caminho de sucesso ou de fracasso. De sucesso quando esta prática é inclusiva, portanto, democrática, contribuindo dessa forma para a conquista do aprendizado, sua autonomia e emancipação, onde o docente exerce um papel importantíssimo quando o seu olhar é dirigido para as diferenças e não para o diferente.

Este estudo tornou-se importante para fomentar discussões acerca da inclusão social do DI no Ensino Fundamental e promover a inclusão no processo ensino-aprendizado dos alunos com necessidades intelectuais dentro do contexto educativo e social como também possibilitar o desempenho da prática docente e do atendimento educacional especializado.

A organização do marco teórico desse trabalho de investigação seguiu a seguinte estruturação. O 1º capítulo aborda: Os desafios enfrentados pelos alunos com necessidades intelectuais (DI). O 2º capítulo trata: A legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Regular. O 3º capítulo relata: As implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI no Ensino Regular da escola campo de pesquisa. O 4º capítulo aborda: O

processo de inclusão dos alunos com DI. O 5º capítulo é: Metodologia da pesquisa e o 6º capítulo traz: os Resultados e discussões da pesquisa. Temos no final a Conclusão da pesquisa e as recomendações.

A segunda parte diz respeito a metodologia, onde esclarece o local da pesquisa, o seu universo, amostra, os instrumentos de coleta de dados e os critérios estabelecidos para a análise dos resultados dos instrumentos, buscando fornecer um embasamento necessário para análise dos resultados e conclusões, bem como as recomendações que compõem respectivamente a terceira e quarta parte da pesquisa.

Esta pesquisa é de grande relevância para entendermos o quanto é importante os estudos direcionados ao atendimento das crianças, alunos com DI, como que também para fornecer suporte a novos estudos dentro da linha de pesquisa aqui apresentada. A relevância do assunto, também decorre do fato de não haver um estudo científico relacionado ao tema no município de Arapiraca, embora exista a legislação e as propostas governamentais direcionadas ao processo de inclusão.

1. UMA VISÃO HISTÓRICA DA INCLUSÃO SOCIAL DOS ALUNOS COM DI

A inclusão escolar das pessoas com necessidades especiais no Brasil, iniciou com o desenvolvimento do processo desta inclusão, desde os hospícios até a inclusão no ambiente educacional. No século XIX as pessoas com deficiência mentais não recebiam qualquer tipo de educação, eram tratados como “alienados mentais” e não recebiam qualquer tipo de tratamento. Conforme Mazzotta (2005) aqueles que não oferecessem riscos à sociedade ficavam vagando pelas ruas já os agressivos, eram destinados a ficar acorrentados dentro de cadeias.

As primeiras escolas destinadas ao atendimento de deficientes mentais surgiram no início do século XIX, na Europa, sempre afastadas dos grandes centros urbanos, pois naquela época se acreditava que a tranquilidade, o silêncio e principalmente o ar puro seriam fundamentais para a “recuperação” dos deficientes.

A inclusão educacional aponta com a Declaração de Salamanca (1994), documento considerado marco do movimento mundial pela inclusão, orientando que as escolas se ajustem às necessidades de todos os alunos, devendo acolher a todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, determinando também que todas as pessoas com pouca capacidade fossem incluídas em escolas de Ensino Regular.

Segundo Mazzotta (2005), no século XX, surge um novo olhar onde a questão educacional se configura, começam a surgir as teorias de aprendizagem, influenciando a educação para a concepção da importância da escola, enfatizando sobre os métodos e as técnicas de ensino. Os estudos da Educação Especial no Brasil, avançou a partir da década de 1990 até o limiar do século XXI.

Nas últimas décadas do século XX, surgem movimentos na sociedade com ideias de transformação no contexto educacional, pelo direito de todos à Educação. A

necessidade de constituir uma escola em que a prática pedagógica fosse estruturada de modo a contemplar as necessidades de todos, de forma igualitária, começa a se concretizar a partir de documentos legais nacionais e internacionais.

Nos últimos anos, a terminologia “Deficiência Mental” foi substituída por deficiência intelectual, através do evento realizado pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em Montreal, Canadá, em outubro de 2004, difundido mundialmente a expressão “deficiência intelectual”, por meio do documento Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual. (APAE, 2001). A substituição da referida expressão é justificada porque o termo intelectual se refere ao funcionamento do intelecto, especificamente, e não ao funcionamento da pessoa como um todo.

1.1. Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil

A partir da década de 70, as escolas comuns passaram a aceitar alguns alunos “deficientes” em salas comuns, portanto estes alunos teriam que adaptar-se aos métodos de ensino que eram impostos. Essa adaptação do aluno poucas vezes acontecia. No final da década de 80, após a nova Constituição Federal de 1988, é que surgem os primeiros movimentos em direção à educação inclusiva no Brasil, passando a existir somente um tipo de educação: educação para todos, sem exclusão de classes sociais, raça e cor.

Somente a partir da década de 90, que o tema “inclusão social” passou a ser motivo de inúmeras discussões. Não se pode deixar de mencionar o que foi discutido na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, em 1990. Este encontro teve como objetivo satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, entendendo a educação como um direito fundamental de todos.

Com o propósito de fundamentar esta pesquisa foi necessário citar algumas das principais leis sobre a Educação para crianças com necessidades educacionais especiais: Constituição de 1988 (consultar Artigo 208); Lei 7.853, de 1989, dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social; Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990; Declaração de Salamanca, 10 de junho de 1994, sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais; Capítulo da LDBEN,

de 1996, sobre Educação Especial; Decreto nº 3.298, de 1999, regulamentada a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

A Lei 10.172, de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação que estabelece vinte e oito objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais; Resolução número 2, de 11 de setembro de 2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; Íntegra do Decreto nº 3.956, de outubro de 2001, que promulga Convenção Interamericana de Todas as de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala); Resolução do Conselho Nacional da Educação nº 1/2002, define que as universidades devem prever em sua organização curricular formação dos professores voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais.

Dentre estes, destaca-se o documento considerado mundialmente um dos mais importantes que visam à inclusão social através da Declaração de Salamanca (1994), é uma Resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial.

A Declaração de Salamanca configurou como o documento de origem e referência para a educação inclusiva no mundo, onde terão que incluir crianças com deficiência ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (MEC /SEESP, 2006)

A inclusão de pessoas com deficiência na escola, no trabalho e na sociedade em geral, é uma questão presente nas leis e no discurso dos educadores, familiares, e de alguns seguimentos da comunidade. Mas isto ainda está um pouco longe de ser efetivado na prática, pois na educação, o aluno com deficiência ainda é visto como um “aluno especial”. A inclusão é considerada pelos educadores, em sua maioria, como inserção das crianças “diferentes” na escola regular.

Tendo como base a revisão de literatura sobre este tema, existem muitas contradições entre o discurso e a ação. Muitos professores do ensino regular relatam em seus discursos, entre outros fatores, as condições de trabalho, a dificuldade na formação

continuada do profissional, o número elevado de alunos por turma, o desespero e a insegurança para ensinar a alunos portadores de necessidades especiais ou “diferentes”. Muitos se sentem despreparados para trabalhar com a diversidade. Por outro lado, constata-se também uma pequena mudança de postura, de concepções e atitudes por parte dos educadores, pesquisadores entre outros seguimentos da sociedade em geral, na assimilação de novos valores e princípios. “Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa” (Mantoan, 2005, p. 24).

A partir destas perspectivas a questão norteadora do presente estudo é identificar e compreender a inclusão escolar na escola regular, na tentativa de verificar a situação atual em que ela se encontra no Brasil. Tornou-se como referência as leis e diretrizes nacionais, bem como as informações disponibilizadas pelo Ministério da Educação. A legislação atual e vigente diz que os alunos com necessidades especiais devem estar preferencialmente incluídos na escola comum (UNESCO, 1994). Também a declaração de Salamanca na Espanha em 1994 citada anteriormente, se apoia na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Neste sentido, muitos seguimentos propõem ações e medidas que visem assegurar os direitos conquistados, a melhoria da qualidade da educação, a formação dos educadores, há muitas dúvidas e incertezas em muitos professores, nos quais os mesmos se dizem pouco capacitados para trabalhar com crianças especiais, muitas escolas não estão adaptadas para adequar a metodologia e atender a esta diversidade.

1.2. O pai da Educação Especial

A Educação Especial começou há mais de 220 anos, com o seu primeiro tratado publicado em 1846, relatando sobre técnicas e filosofias de um médico francês chamado Jean Marc Gaspard Itard, no qual ele aplicou em um garoto que foi encontrado nas florestas ao sul da França, tinha sido abandonado à morte, com comportamentos selvagens.

Segundo Smith (2008), Itard ficou conhecido como pai da Educação Especial, onde suas técnicas são desenvolvidas até hoje, sendo vista também como marco inicial da inclusão social. O trabalho desse médico francês semeou uma nova era para as pessoas

com necessidades especiais, onde seu aluno Edouard Seguin trouxe tais ideias para os Estados Unidos.

A partir dos esforços na Educação Especial nos Estados Unidos, ela se difundiu para toda a Europa. As primeiras organizações em prol da inclusão ocorreram no exterior, iniciando-se no Brasil no século XIX, com a organização de serviços para pessoas com deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência intelectual e deficiência física. Os atendimentos eram voltados apenas em pessoas com necessidades especiais com apoio médico. No que se refere ao apoio educacional ocorreu no somente no final dos anos 50 do século XX. As pessoas com deficiências eram consideradas inválidas, ou incapazes de contribuir produtivamente na sociedade. Enquanto “algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas deficientes, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos.” (Sasaki, 2005, p.1).

No contexto histórico da educação inclusiva brasileira, segundo Mazzotta (2005) deve-se destacar dois períodos extremamente importantes: O primeiro período que foi entre 1854 a 1956 e o segundo período que foi entre 1957 a 1993. O primeiro período corresponde às iniciativas isoladas entre 1854 a 1956, onde no dia 12 de setembro de 1854 Dom Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro, o qual começaram a ser atendidos educacionalmente as pessoas com deficiência visual. Já em 1891, pelo decreto nº 1.320 o Instituto passa a se chamar Instituto Benjamin Constant.

O segundo período corresponde entre 1957 a 1993, foi marcado pelas iniciativas oficiais. Em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), aos alunos com necessidades educacionais especiais são oferecidos atendimento oficializado a nível nacional, garantido pelo governo federal. Os pais desses alunos foram os principais responsáveis por tais mudanças, onde lutaram para adquirirem serviços e atendimentos especializados para seus filhos (Mazzotta, 2005)

A Constituição Federal de 1988 tem como objetivo “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação - Educação para todos” (Art. 3º inciso IV). Em 1994, as diretrizes apontadas pelo Conselho Nacional de Educação, leis, decretos e resoluções instituem as ações básicas para a implementação das propostas de educação inclusiva. Segundo O Ministério da Educação define a política nacional para educação, as ações governamentais buscam

estratégias efetivas para a garantia dessas ações em nível federal, estadual e municipal. (MEC/SEESP, 2006)

O sistema público direciona políticas orientando-se pela inclusão, enquanto as instituições de ensino comprometem-se a mudar em seus projetos políticos pedagógicos, os quais necessitam dessas mudanças para incluir e não excluir os alunos inclusos. De acordo com Tédde (2012) na mesma direção, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação do Governo Federal estabelecem cidades-pólo para multiplicar, e agilizar suas ações na área de Educação Especial.

Segundo Carvalho (2010), a elaboração de uma política educacional deve estar centrada na condição básica de que a escola reflète numa concepção de mundo e de uma sociedade com suas características e formas de organização própria, voltados à educação para todos. Há ainda muito para ser conquistado, muito para ser melhorado, mas a educação especial no Brasil tem avançado de forma significativa.

O princípio fundamental da inclusão escolar está no reconhecimento das escolas nas diversas necessidades dos alunos, dando-lhes o direito de uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem com adequação curricular, que possibilite mudanças organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesitos. (MEC/SEESP, 2004).

A inclusão escolar obteve avanços no decorrer do tempo, mas há a necessidade de envolvimento político, institucional e familiar para que avanços continuem ocorrendo, onde se possa alcançar uma inclusão social de que “Todos tenham o direito à Educação”.

2. A LEGISLAÇÃO PERTINENTE À INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DI NO ENSINO REGULAR

O processo de Inclusão Escolar dos alunos com necessidades intelectuais matriculados no Ensino Regular remete a uma reflexão sobre este âmbito educacional que os acolhe tendo com meta criar estratégias que possibilitem a permanência no contexto escolar e que conduza através de um atendimento educacional especializado o seu desenvolvimento acadêmico.

A Inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais começa a mobilizar a sociedade e toda comunidade escolar frente a este novo paradigma, que todos têm o direito “A Educação e todos os alunos devem estar incluídos no Ensino Regular”.

Na década de 70 inicia-se a fase da integração, em que só era possível a junção dos alunos com deficiência se estes tivessem capacidade de se adaptar ao regime escolar. Só no final dos anos 80, surgiu a ideia de adequar o sistema escolar às necessidades dos alunos, desde que a inclusão possibilitasse uma educação de qualidade e igualitária para todos, aceitando as diferenças individuais como atributo, e não como obstáculo, e valorizando a diversidade para o enriquecimento das pessoas (Araújo, 2005).

Todos esses direitos estão declarados em documentos-chave, como a Declaração de Salamanca, Carta para o Terceiro Milênio, Convenção de Guatemala, Declaração das Pessoas Deficientes, Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão e decretos internacionais que garantem a acessibilidade a pessoas com deficiência. No Brasil, leis como: Constituição Federal de 1988 (MEC/SEESP, 2004),

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) – Educação Especial, Estatuto da Criança e do Adolescente, Programa de Complementação aos atendimentos Educacionais Especializados às Pessoas Portadoras de Deficiência, Plano Educacional Nacional de Educação — Educação Especial e decretos como: Decreto nº 2.208/97 (regulamenta a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional),

Decreto nº 3. 298/99 (regulamenta a Lei nº 7.853/89) e Decreto nº 914/93 da (Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência).

A Educação Especial surge para dar suporte ao Ensino Regular através dos serviços de apoio especializados a Escola, com vistas a promover o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, constituindo práticas pedagógicas capazes de atender a todos os alunos. Para impulsionar tais mudanças a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva fundamenta-se na concepção de direitos humanos, dando igualdade de oportunidades, definida pela garantia do direito de todos à educação e pela valorização das diferenças.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva se fundamenta no Atendimento Educacional Especializado, a Formação do Professor e as Práticas Pedagógicas Inclusivas para melhor atender os alunos com necessidades especiais inseridos no Ensino Regular. O ato de incluir, não deve significar simplesmente matricular no ensino regular as crianças com deficiência, mas assegurar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

De acordo com a Declaração de Salamanca, a inclusão é um desafio para o sistema de ensino, uma vez que estabelece que o direito à educação é para todos e não apenas para os ditos “normais” pode-se observar no trecho abaixo que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (MEC/SEESP, 1994, pp.15-17).

A Declaração de Salamanca defende a ideia de que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independentemente de suas capacidades. Dentro dessa perspectiva de acordo com a UNESCO (1994), o grande desafio para uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada no aluno capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles que apresentam limitações cognitivas. Essa Declaração e o Plano de Ação para a Educação de Necessidades Especiais – (PAENE) são os mais completos dos textos sobre inclusão na educação. Seus parágrafos evidenciam que a educação inclusiva não se refere apenas as pessoas com necessidades especiais, mas, sim, a

todas as pessoas com necessidades educacionais especiais em caráter temporário, intermitente ou permanente (Sasaki, 1997). Isso se coaduna com a filosofia da inclusão, na medida em que inclusão não admite exceções,

(...) todas as pessoas devem ser incluídas, sendo que toda criança tem direito fundamental à educação (...); toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas (...); escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (UNESCO, 1994).

Trabalhar com diversidade é uma das exigências ao desenvolvimento de competências dos professores, pois, através delas, tanto o professor quanto os alunos estarão cumprindo com seu papel de cidadão dentro de um contexto democrático, em que todos, dentro de suas particularidades, têm direitos e deveres. Em as semelhanças, tem-se diferenças, e a escola deve mudar e se organizar para atender a essa diversidade.

Ao trabalhar numa perspectiva do respeito, obterem-se respeito. Uma escola que desenvolve uma política inclusiva está plantando a semente para uma sociedade desprovida de preconceito, com noções mais igualitárias. Não basta apenas garantir a inclusão na sala de aula.

Com a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão foi garantido o acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e as liberdades fundamentais das pessoas. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social sustentável.

Essa declaração é a contextualização mais recente sobre Inclusão, obtida em importante Congresso Internacional, realizado em Montreal, Quebec, em junho 2001. Nestes tempos de comunicação e informação é fundamental no Brasil, pois “Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 1). O direito igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais das pessoas (MEC/SEESP, 2004).

O esforço rumo a uma sociedade inclusiva para todos é a essência do desenvolvimento social. A comunidade internacional, sob a liderança das Nações Unidas,

reconheceu a necessidade de garantias adicionais de acesso para certos grupos. As declarações intergovernamentais levantaram a voz internacional para juntar, em parceria, governos, trabalhadores e sociedade civil a fim de desenvolverem políticas e práticas inclusivas.

O Congresso Internacional "Sociedade Inclusiva", convocado pelo Conselho Canadense de Reabilitação e Trabalho apela aos governos, empregadores e trabalhadores bem como à sociedade civil para que se comprometam e desenvolvam o desenho inclusivo em todos os ambientes, produtos e serviços. O Congresso enfatiza a importância do papel dos governos em assegurar, facilitar e monitorar a transparente implementação de políticas, programas e práticas. O Congresso urge para que os princípios do desenho inclusivo sejam incorporados nos currículos de todos os programas de educação e treinamento.

A escola, para ser inclusiva e conseguir executar as metas a que se propõe, primeiro tem que romper as barreiras de preconceito, expandir seus limites para além dos muros e trazer para seu interior os pais dos seus alunos e toda comunidade a que pertence, conscientiza-los da necessidade de um trabalho em equipes, os quais podem colaborar nos serviços de apoio e de conscientização de seus direitos e deveres. A escola inclusiva deve priorizar a adaptação curricular para atender à diversidade, com as salas de atendimento educacional especializado, colaboração da comunidade e dos pais, eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais e formação continuada para os professores. Sendo assim, uma escola inclusiva é aquela que não elege, classifica ou segrega indivíduos, mas que transforma seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se acessível a todos e proporcionar uma educação de qualidade.

A nova perspectiva na diversidade no ambiente escolar inclusivo foi visto, num primeiro momento, como uma inovação da educação especial, mas, com o decorrer do tempo, uma nova concepção tornou-se cenário educacional de uma educação de qualidade onde todos tem o direito a Educação, oferecendo uma visão estrutural e cultural necessárias para começar a reconstruir a educação pública rumo às condições do novo século XXI.

A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é oferecida através do Atendimento Educacional Especializado – AEE nas salas de Recursos Multifuncionais, realizado no contra turno ao da classe regular, em horários estabelecidos de acordo com

critérios de planejamento do professor especializado, com vista em promover o processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades intelectuais. Tendo em vista a orientar o atendimento educacional especializado em articulação com o ensino regular, o Conselho Nacional de Educação- CNE estabelece Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, por meio da Resolução N°4/2009 que define o Atendimento Educação Especializado como um serviço da educação especial que:

Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (...) Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (MEC/SEESP, 2009 pp.1-2).

A nova concepção de Educação Especial é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum, aprender o que é necessário para superação de barreiras. O Atendimento Educacional Especializado disponibiliza de programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros.

Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino regular. O AEE complementa a formação do aluno e visa contribuir para a sua autonomia e independência na escola comum e fora dela. É importante esclarecer que esse atendimento se refere ao que é necessariamente diferente da educação em escolas comuns e que é necessário para melhor atender às especificidades dos alunos com necessidades intelectuais, devendo estar disponível em todos os níveis de ensino, sendo um direito por necessitarem dessa complementação, é importante que os pais ou responsáveis e/ou pelo próprio aluno aceite.

O Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentado no parágrafo único do Art. 60 da Lei n. 9394/1996, destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB ao atendimento educacional especializado. Será contabilizado duplamente no âmbito do FUNDEB, o aluno matriculado na classe do ensino regular

público que tiver matrícula concomitante no AEE. Esse atendimento educacional especializado - AEE é um serviço da Educação especial que tem como objetivo eliminar barreiras que dificultem a participação dos alunos no ensino regular considerando as suas necessidades específicas.

Segundo o MEC/SEESP (2007), o professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um conteúdo diversificado” para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos/as (com e sem necessidades intelectuais, ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular).

Atualmente, a grande preocupação é a formação de professor para atender alunos com DI incluídos no Ensino Regular, uma vez que muitos não estão preparados, pois é preferível não se aperfeiçoar, a receberem alunos público-alvo da especial em sua sala de aula, e resistirem à inclusão.

Sabe-se que algumas atitudes do educador são fundamentais para que a inclusão ocorra de maneira satisfatória, necessitando da participação efetiva do gestor da escola na busca de alternativas e não esperar que as soluções venham de fora, a responsabilidade é de todos. Existe a preocupação em oferecer os cursos de Formação Continuada, mas o que se observa é que muitos professores se recusam fazer quando se deparam com aluno com necessidades especiais na sala de aula justifica-se que não são capacitados para tal.

Os professores precisam ter consciência de que seu papel é ensinar, e saber que precisam estar em formações continuadas e que necessitam estar atualizados e preparados no uso das novas tecnologias. Conforme destaca Mantoan (2005), os professores, no geral, precisam-se realmente de uma boa formação para ensinar no processo de inclusão, contemplando as especificidades dos alunos, pois a inclusão vai além disso.

A formação continuada do professor é sem dúvida uma das premissas fundamentais para que a inclusão aconteça de maneira satisfatória, algo essencial nesse processo, ressaltando a necessidade de prepará-los para perceber a singularidade de cada aluno com necessidades intelectuais e atuar frente a eles. A Secretaria de Educação Especial (SEESP) tem investido em curso de formação continuada aos professores para a realização do Atendimento Educacional Especializado e também na sala de aula comum, com objetivo de capacitá-los para atender alunos com necessidades intelectuais.

É possível visualizar no contexto educacional que existe muita necessidade em ampliar os serviços de Educação Inclusiva, bem como, o forte investimento na formação continuada aos professores do ensino regular para a construção de práticas pedagógicas inclusivas que contemplem as diferenças e as especificidades nos processos de aprendizagem desses alunos.

As leis exigem que haja uma adaptação na escola como um todo, tendo como principal objetivo tornar a inclusão real, propondo uma adaptação de currículos, no qual atendam às necessidades especiais, pois não adiantaria o agrupamento das crianças com necessidades intelectuais no Ensino Regular se não atendessem às suas verdadeiras necessidades, mas infelizmente por parte do governo a condição de atender as necessidades que a demanda de uma escola possa assegurar um atendimento de qualidade e uma proposta especializada as possibilidades de aprendizagem desses alunos.

A educação deve-se preparar para adequações de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades educacionais especiais, estando assim com um passo para o progresso.

3. PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES QUE COMPROMETEM A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DI NO ENSINO REGULAR

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento da cidadania e autonomia, por ser um local onde o aluno convive com o outro da mesma faixa etária e com quem tem relação de igual para igual. O Princípio 7º dos Direitos da Criança diz: “Toda criança tem direito de receber educação primária gratuita, e também de qualidade, para que possa ter oportunidades iguais para desenvolver suas habilidades”.

A educação escolar tem por fundamento atender a todos, mesmo quando há necessidade de adaptar a estrutura escolar e as práticas de ensino a cada criança, uma vez que as diferenças humanas são naturais. Com as crianças chegando cada vez mais cedo às salas de aula das instituições de ensino, parece que esse direito vem aos poucos sendo respeitado. A escola representa, então um significativo meio de convívio social, favorecendo as relações humanas. É bom lembrar que, como brincar também é um jeito gostoso de aprender, elas têm todo o direito a uma educação de qualidade.

Para Mantoan (2005) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças.” E na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa.

Seguindo esse princípio, num processo histórico surgiu a educação inclusiva, com o objetivo central de fortalecer, nas instituições escolares, equipes de trabalho que se preocupem em atuar eficazmente perante uma variada gama de situações envolvendo alunos com necessidades educacionais especiais (singulares), de modo que eles, em sua singularidade, tenham a possibilidade de desenvolver tanto suas capacidades cognitivas quanto as sociais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, assegura que a

criança deficiente física, sensorial e mental, pode e deve estudar em classes comuns. Dispõe em seu art. 58, que a educação escolar deve situar-se na rede regular de ensino e determina a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado. Preveem também recursos como classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração nas classes comuns (UNESCO, 2004).

A efetivação da inclusão exige a superação de vários desafios, tais como: estabelecimento de novas formas pedagógicas, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas, os alunos e a própria criança deficiente necessitam participar ativamente de seu processo de inclusão.

Entretanto, para zelar pelas crianças que necessitam de atenção especial na educação regular, é preciso criar uma rede de apoio que envolva todos ou especialistas como: psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos, fisioterapeuta, dentista e outros. Dessa forma, a concepção de aprendizagem é tida como um processo que sempre inclui relações entre indivíduos, onde a interação do sujeito com o mundo se dá pela mediação feita por outros sujeitos.

É através da inclusão que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor independente das diferenças.

A escola deve ser capaz de atender seus alunos em suas especialidades e singularidades e isso é válido para todos nós, não só para quem possui algum deficiente. Afinal, todas as pessoas apresentam diferentes características, se sobressaem em algumas áreas e apresentam dificuldades em outras, e isso precisa ser respeitado e levado em conta na hora da aprendizagem e do convívio social. A participação dos pais é fundamental na aprendizagem e interação da criança no contexto escolar, onde a inclusão não se limita a colocar a criança dentro da escola, é preciso que ela consiga interagir de acordo com suas potencialidades com outras crianças.

O importante é ter a compreensão de que a inclusão e interação de qualquer cidadão com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. Educar é um ato de amor, onde o professor tem que ir além do conhecimento

teórico, pois é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades do aluno.

De acordo com Fonseca (1995), a pessoa com deficiência é uma pessoa com direitos iguais, possuem suas limitações, que podem interferir em seu comportamento, estes que muitas vezes atípicos, uns fortes ou adaptativos e pouco funcionais. Por se tratar de uma questão de direitos humanos, a educação inclusiva implica a definição de políticas públicas por meio de ações educativas previamente planejadas e avaliadas.

Nos dias atuais não se entende mais que os deficientes devem se adaptar à sociedade, ao contrário, é a sociedade que tem que planejar e oferecer meios sobre os quais as pessoas com deficiência possam vencer as barreiras físicas, sociais e de aprendizagem, tornando-se membros participativos dos processos educativos.

Ao longo dos anos se tem refletido sobre quais seriam as posturas corretas para trabalhar essa inclusão, bem como quais seriam os possíveis caminhos para atingir essa meta. Neste contexto, e segundo Política de Educação Inclusiva, não é algo fácil de ser resolvida na prática, mesmo que educadores, familiares e comunidade busquem a escola de melhor qualidade para todos. Na escola projeta-se uma imagem que toda a sociedade tem a responsabilidade de incluir esse indivíduo ao seu meio, no entanto, a inclusão necessita de suporte e recursos necessários para propiciar o pleno desenvolvimento do indivíduo, em todos os níveis de conhecimento.

Em tese, uma escola inclusiva é aquela que em seu interior constrói práticas metódicas, as quais não excluem nenhum aluno, principalmente aqueles que já carregam consigo um histórico de preconceito e exclusão. Sabe-se, no entanto, que isso não corresponde à realidade das escolas, muitas das quais resistem diante da ideia de trabalhar com alunos “diferentes”.

Uma escola inclusiva deverá ter como fundamento o critério de que todas as crianças e adolescentes deverão aprender juntos, independentemente de quaisquer necessidades e dificuldades que possam apresentar. Para tanto, é necessário que a educação. Para Werneck (2007) a inclusão educacional requer mudanças do espaço escolar, pois defende a inserção de alunos com quaisquer déficits e necessidades no ensino regular, a inclusão exige rupturas e cabe à escola se adaptar às necessidades dos alunos, e não aos alunos se adaptarem ao modelo da escola.

3.1. A função da escola na perspectiva da inclusão na educação

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96), define a educação como sendo “(...) o conjunto de processos formativos que se desenvolve na família, na convivência humana, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizados na sociedade civil e nas manifestações culturais”..

Tem como objetivo disciplinar a educação escolar, a que se desenvolve predominantemente, por meio de ensino, em instituições próprias e que acima de tudo deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. Explicita igualmente os princípios que devem nortear o ensino e apresenta como finalidade maior na educação o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualidade para o trabalho.

Dessa forma, subentende-se como tarefa da escola a promoção do desenvolvimento do educando de forma a prepará-lo para a vida social e para o trabalho. Tarefa esta, que deve iniciar com a construção da proposta pedagógica na busca da sua autonomia, o que envolve toda a comunidade escolar, principalmente o aluno e sua família.

Para tornar este ambiente mais inclusivo, acolhedor é importante adotar diversas medidas para capacitar os professores e a comunidade escolar para lidar com as diversidades, como: reuniões para discutir as dificuldades encontradas, conversas com especialistas nas diversas áreas, oferecer material bibliográfico de apoio, promover encontros com os pais de crianças com necessidades especiais ou professores que já tiveram esta experiência para dar depoimentos.

“As escolas abertas à diversidade são aquelas em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas indiferentes às diferenças” (Mantoan, 2005, p. 51).

Desta forma, uma escola que segue os princípios da inclusão deve ter por função a promoção da convivência entre as pessoas consideradas normais e as que apresentam necessidades educacionais especiais.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e

que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (UNESCO, 1994, pp. 17-18).

Nesta perspectiva, a Declaração de Salamanca (1994) iguala os direitos de todos os indivíduos no que se refere à educação de qualidade, a escola inclusiva é um espaço no qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de ser e estar de forma participativa, onde as oportunidades e acessos educacionais e as características individuais sejam marcados pela igualdade entre as pessoas. Na sua escrita a declaração se inicia com a seguinte ideia.

Na prática educativa ao longo dos anos percebe-se que uma forma de começar esse processo seria dar espaço para alunos incluídos para expressarem como se sentem na escola, chamar os pais para participar deste processo.

“Os profissionais da escola, incluindo a equipe de apoio, devem estimular a todos os alunos a tomarem suas próprias decisões, de forma que eles possam se tornar cada vez mais importantes, facilitando assim, um processo de inclusão escolar” (Silva, 2006, p. 27).

Na ação inclusiva torna-se fundamental identificar e compreender que escolas, que níveis de ensino e que projetos pedagógicos assumem a realidade da inclusão de crianças com NEE na prática educativa atualmente.

A educação inclusiva, para atender as finalidades da escola, deve promover integração entre todos os alunos, ou seja, promover a interação, entre os colegas de turma e de toda a escola. O ato de incluir, não deve significar simplesmente matricular no ensino regular tais educandos, mas assegurar ao professor e a escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Para isso, toda a comunidade escolar deve estar preparada para receber esses estudantes, num processo de reformulação das práticas pedagógicas, com o intuito de combater ações discriminatórias. “Numa escola inclusiva as diferenças precisam ser respeitadas e valorizadas. Para Mantoan (2005), o professor precisa estar atento a singularidade de cada integrante do grupo, promovendo o intercâmbio entre a diversidade de singularidades e completando-as, sem intenção da tão almejada turma homogênea.

O perfil de uma escola comprometida com a formação de pessoas com NEE deve contemplar o seu aluno também como responsável pelo saber. Estar apta a transpor

barreiras, acolher, respeitar as diferenças, valorizar a curiosidade, estimular a autonomia favorecendo a autoestima e o sucesso escolar independente da sua condição.

Apesar de todo avanço ainda se faz necessário que o poder público, escola e família repensem o sentido da inclusão para que realmente seja inclusiva. Estudar, planejar e estruturar melhor a legislação que envolve a educação inclusiva, refletir de forma mais crítica sobre o que é inclusão e os aspectos que devem ser contemplados para promovê-la, de modo que todos tenham acesso.

Receber alunos com NEE no ensino regular demanda uma série de mudanças na escola, como um currículo mais flexível, adaptação de novas práticas que facilitem a aprendizagem, rever posturas e conceitos, para que se possa atender às necessidades especiais destes alunos. Incluir, portanto, é um processo educativo que se refere ao respeito ao outro e a aceitação das diferenças. Para Carvalho (2010) conclui-se que: “quando uma professora diz “não quero esse menino na minha sala”, pode-se interpretar sua recusa como má vontade, medo, pouca colaboração ou como uma tradução do desejo de contribuir para o sucesso na aprendizagem do aluno, para qual se sente desqualificada”.

Preservar a diversidade apresentada na escola, encontrada na realidade social, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando.

3.2. O papel dos pais no processo de inclusão social de seus filhos no Ensino Regular

Anteriormente algumas culturas excluíaam os portadores de NEE da sociedade, elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar, características essas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma necessidade especial. Muitos eram internados em instituições de caridade como doentes que precisavam apenas de atendimento médico. A família muitas vezes escondia esta criança da sociedade, privando-o da sua liberdade e de ter uma educação como as demais crianças.

Como observa-se através das diversas leituras sobre o tema, este movimento mundial por uma educação para todos vem se fortalecendo, sobretudo, a partir das últimas décadas proporcionando mais oportunidades de sociabilidade às pessoas com NEE, mostrando que apesar das dificuldades a inclusão beneficia a todos e melhora a qualidade

do ensino.

Uma prova disto que acontece em muitas escolas são as atividades de integração para os pais e a comunidade escolar, proporcionando às famílias conhecer melhor o seu filho com NEE, entender suas reações e lidar melhor com sua diferença.

Nestas atividades de integração, muitos pais que possuem um filho com NEE relatam que se sentem constrangidos por ver seu filho discriminado em diversas situações, como na adaptação social e escolar. É preciso que, antes de tudo os pais e o próprio aluno com deficiência se aceite dentro de seus limites para que seja incluído na sociedade.

Quando o aluno com deficiência tem seu primeiro contato com a escola, é fundamental que a família auxilie neste processo de adaptação da criança a este novo contexto, é ela que lhe oferece a primeira formação e pode dar o suporte que o professor necessita na aprendizagem deste aluno. Portanto é importante um trabalho em conjunto com o professor e com a equipe escolar, no sentido de apoiar este aluno ajudando-o a enfrentar as barreiras que surgirão.

A metáfora inclusão é a do caleidoscópio, ou seja, precisa de todos os pedaços para formar as figuras. Portanto assim é a criança que precisa de um ambiente variado, de ajuda de todos para que se desenvolva e consiga atuar dentro de uma sociedade sem limitações (Mantoan, 1997, p. 36).

A escola é o local onde este aluno inicia a socialização, compartilha conhecimentos, amplia seu universo e aprende a confiar em si mesmo, percebendo que é capaz de realizar a maioria das atividades como os demais alunos, embora leve um pouco mais de tempo. E é aí que entra a figura do professor adequando os conteúdos e os métodos ao ritmo e as características do aluno, a fim de lhe facilitar a construção de conhecimentos. Este rompimento com práticas e conceitos antigos requer do professor uma inovação na sua prática para que o aluno com NEE possa aprender, e se integrar com as demais crianças.

3.3. Avaliação: como conduzir este processo numa perspectiva de inclusão

Sabe-se que avaliar faz parte do cotidiano de uma escola. A avaliação na perspectiva da inclusão implica na participação não apenas do professor, mas de todos que

fazem parte na formação do educando e, para isso, é importante que se estabeleça em conjunto, momentos de estudo, análise e reflexão, pois os conhecimentos específicos das diferentes áreas do conhecimento e a observação do aluno em diferentes situações, dentro e fora da escola, que contribuem no sentido de melhor conhecer e compreender os modos de aprender e interagir dos mesmos. Essa ação é importante para identificar a melhor forma de atender esses alunos na escola.

Aproveitar a experiência pensando e avaliando de forma progressiva, levando em conta a realidade do aluno, as suas potencialidades. A realidade das escolas é que poucos permanecem até o final dos anos iniciais, isto pode ser reflexo de uma avaliação padronizada no processo pedagógico. A avaliação para ser inclusiva deve preocupar-se com a remoção das barreiras para a aprendizagem e para a participação do aluno. Diminuindo o número dos alunos excluídos, ainda hoje presentes nas turmas e nas escolas regulares. No Dicionário Básico da Língua Portuguesa, o autor refere que a avaliação é:

Um ato ou efeito de avaliar-se. Apreciação, análise. Valor determinado pelos avaliadores. Avaliar é determinar a valia ou valor de. Apreciar ou estimar o merecido de. Calcular, estimar, computar. Fazer a apreciação: ajuizar: avaliar as causas de merecimentos (Ferreira, 2004, p. 205).

Por outro lado, Luckesi (1995), compreende-se que avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão. Estes são os elementos que compõem a compreensão construtiva da avaliação. Percebe-se que a avaliação não tem sido utilizada como instrumento para aprendizagem, mas sim como fim de si mesmo, na prática escolar, tem sido um mecanismo de conservação da sociedade através do autoritarismo.

Nesta concepção, encontra-se em Luckesi (1995), alguns pontos que auxiliam a compreender estas questões. O ato de avaliar tem sido utilizado como forma de classificação e não como meio de diagnóstico, sendo que isto é péssimo para a prática pedagógica. A avaliação deveria ser um momento de “fôlego”, uma pausa para pensar a prática e retornar a ela, como um meio de julgar a prática. Sendo utilizada como uma função diagnóstica, seria um momento dialético no processo para avaliar no desenvolvimento da ação, do crescimento para autonomia e competência. Como função classificatória, constitui-se num instrumento estático e ferrador do processo de crescimento, subtraindo do processo de avaliação aquilo que lhe é constitutivo, isto é, a

tomada de decisão quanto à ação, quando ela está avaliando uma ação.

3.4. Conhecimento Compartilhado junto ao aluno com Necessidade Intelectual

Alguns professores privilegiam o caminho das aprendizagens mecânicas quando atuam junto aos alunos que apresentam deficiência intelectual. Ao invés de apelar para situações de aprendizagem que tenham raízes nas experiências vividas pelo aluno, atividades essas capazes de mobilizar seu raciocínio, propõem atividades baseadas na repetição e na memória. Frequentemente, essas atividades são desprovidas de sentido para os alunos. Esses professores privilegiam o caminho das aprendizagens mecânicas sob o pretexto de que os alunos os quais apresentam deficiência intelectual manifestam numerosas dificuldades nos processos de aprendizagem que eles agem pouco no mundo no qual evoluem e enfim, sob o pretexto de que os alunos antecipam o fracasso e não se apoiam sobre seus conhecimentos quando estão em situação de aprendizagem ou de resolução de problemas.

Agindo desta maneira, tais professores se comportam como se não reconhecessem no aluno que apresenta deficiência intelectual um sujeito capaz de crescimento e de afirmação. Seu acompanhamento pedagógico parece respaldado por uma concepção de aluno que se apoia sobre a ideia de insuficiência ou de lacuna, mesmo de falta no que diz respeito ao raciocínio. Os professores não reconhecem nesse aluno capacidades cognitivas as quais convém mobilizar para favorecer a melhor interação com o meio onde ele vive. Consequentemente, eles negam um aspecto absolutamente fundamental do desenvolvimento humano, a saber, o intelectual. Em suma, eles se fecham em uma pedagogia da negação. Uma pedagogia que não reconhece o potencial dos alunos, sobretudo daqueles que apresentam deficiência intelectual e que, consequentemente, causa prejuízos para as suas aprendizagens e autodeterminação.

Ser mediador do conhecimento é função primordial do professor, porém ter interesse pelo processo e, principalmente fazer o acompanhamento devem vir carregados de muito afeto, pois são fundamentais para a segurança, a autoestima e a aprendizagem da criança. A atenção dispensada a ela, o acompanhamento e até a vigilância para a execução das tarefas escolares são fundamentais. Mesmo quando os pais não têm muito conhecimento do assunto sobre o qual a criança está estudando, a disponibilidade para

ouvir, dar atenção e permitir que ela faça tranquilamente suas lições é uma grande ajuda.

O educador Chalita (2001), faz refletir que: “A educação é um processo lento de lapidação de uma pedra bruta de inestimável valor, que precisa ter um grande número de facetas polidas que a façam brilhar, que realcem sua beleza intrínseca” (p. 119). Dessa forma, no contexto interativo, ou seja, a partir das experiências realizadas no meio em que vive, e das estratégias usadas pelo outro alguém mais experiente é que o aluno encontra apoio para aprender. O trabalho do professor de atendimento educacional especializado voltado para o aluno com deficiência intelectual se caracteriza essencialmente pela realização de ações específicas sobre os mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos.

O AEE se realiza essencialmente na sala de recursos multifuncionais, onde o professor do atendimento educacional especializado deve propor atividades que contribuam para a aprendizagem de conceitos, além de propor situações vivenciais que possibilitem esse aluno organizar o seu pensamento. Esse atendimento deve se fundamentar em situações-problema, que exijam que o aluno utilize seu raciocínio para a resolução de um determinado problema.

Para desenvolver o AEE, é imprescindível que o professor conheça seu aluno e suas particularidades para além da sua condição cognitiva. O trabalho do professor do AEE é ajudar o aluno com deficiência intelectual a atuar no ambiente escolar e fora dele, considerando as suas especificidades cognitivas. Especificidades que dizem respeito principalmente à relação que ele estabelece com o conhecimento que promove sua autonomia intelectual.

Para que o aluno com necessidades educacionais especiais possa se desenvolver positivamente dentro de suas limitações, a escola precisa apresentar um currículo adaptado e que leve em conta as diversidades de sua realidade educativa.

Segundo Libâneo (2004), tem-se a seguinte compreensão:

O currículo é o conjunto dos vários tipos de aprendizagens, aquelas exigidas pelos processos de escolarização, mas também aqueles valores comportamento, atitudes que se adquirem nas vivências cotidianas na comunidade, na interação entre professores, alunos, funcionários, nos jogos e no recreio e outras atividades concretas que acontecem na escola que denominamos ora currículo real, ora currículo oculto (pp. 173-174).

O currículo demonstra em sua aplicação e concepção, o poder de quem comanda a sociedade, bem como o perfil da cidadania que quer formar. Uma escola inclusiva é aquela que atende a todos os alunos em salas de aula regulares, adaptando o conteúdo de suas aulas às necessidades específicas de seus alunos e permitindo assim o desenvolvimento educacional de todos.

3.5. A importância da formação continuada com Professores que lecionam em turmas de ensino regular

De acordo com a LDBEN 9394/96, a Educação Inclusiva determina-se incluir, nos estabelecimentos de ensino regular, todos os estudantes, em salas de aulas comuns, promovendo o aprendizado e desenvolvimento de todos. Esse é atualmente, um dos maiores desafios do sistema educacional, preparação dos professores e da escola para o processo de inclusão.

A inclusão de alunos com necessidades especiais é um grande desafio, pois as dificuldades estão presentes no contexto escolar. Em muitas escolas o próprio espaço físico é inadequado, a infraestrutura dos espaços educacionais possui barreiras arquitetônicas que dificultam a locomoção, e que deveriam ser eliminadas ou, no mínimo, adaptadas aos deficientes.

Como cita Batista (2007), para acompanhar este novo paradigma faz-se necessário uma urgente formação e especialização dos docentes, no sentido de renovar a sua prática pedagógica e saber que caminho percorrer para que a inclusão ocorra de fato, pois os alunos com NEE aprendem das diversas formas, apresentam um desenvolvimento diferente, e o aprendizado acontece, mas de uma forma, por outro caminho, e para o educador, é importante preparar-se para auxiliar esta criança.

Para que a inclusão seja de forma natural, falta um aprimoramento da qualidade do ensino regular, desenvolvendo novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade, destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, mas uma educação para todos e com professores bem preparados.

O paradigma da inclusão serve-se de parâmetro à gestão educacional e para a efetivação de projetos políticos pedagógicos que privilegiem o respeito às diferenças numa

transformação histórica para os processos de exclusão presentes na educação brasileira. Certamente, a educação tem hoje o grande desafio de ressignificar suas práticas frente a uma realidade social e educacional excludente. Pensando neste aspecto a autora Werneck (1997) destacou que: “(...) incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão deficiente ou não.”

Para a autora, incluir é melhor forma de acabar com o preconceito, no entanto, pode ser começado nos cursos, escolas e universidades que formam professores, com a consciência de que os alunos deficientes são responsabilidade de todos os educadores, e não somente pelos profissionais capacitados e interessados na Educação Especial.

Quanto mais se amplia a qualidade da educação, mais se reduz a desigualdade. Quando todos se comprometerem com a busca por melhores resultados, e soluções a aprendizagem ocorrerá de forma satisfatória. Investir, portanto, na formação de docentes e funcionários é o que se pretende numa escola inclusiva, trabalhando princípios como o respeito e a solidariedade para que este seja um ambiente acolhedor. Esta postura é essencial para o bom desempenho dos alunos e beneficia a todos. Estar atento à evolução, detectar problemas a tempo e buscar novas propostas.

Trabalhar com crianças com NEE requer do profissional da educação um envolvimento ainda maior, precisa-se conhecer bem esta criança, pois cada uma independente de suas limitações tem características especiais. Envolver neste processo toda a escola é importante que os demais alunos colaborem e ajudem estes alunos com NEE, pois eles têm um ritmo diferente para realizar as atividades. Este trabalho de cooperação beneficia a todos na sala de aula, esta relação de amizade e confiança, ensinar e aprender promove a autonomia e a liberdade do grupo, possibilitando que eles possam construir juntos o conhecimento e aprender com as diferenças.

Neste contexto, a formação dos profissionais envolvido com a educação busca-se nova perspectiva e exige mudanças na maneira a efetivar os processos de ensino aprendizagem. Por fim, a valorização do profissional de educação, o prazer de ensinar e a formação continuada dos docentes se faz necessário para que a escola para todos efetivamente aconteça.

Uma escola que se caracteriza inclusiva os professores têm que conhecer as

possibilidades e limitações dos seus alunos com necessidades educacionais especiais. É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. De acordo com a Unesco (1994), deve-se uma formação inicial não categorizada, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas é o que contextualiza a Declaração de Salamanca.

Os professores desta instituição que desenvolve a inclusão devem ter o interesse pelo o que seu aluno deseja aprender, acreditar nas suas potencialidades é um fator primordial para que eles se desenvolvam com garantia de aprendizagem, aceita-los como são, saber escuta-los e valorizar as suas produções, ajudam na independência deste aluno. Aplicar uma metodologia que venha a estimular a sua participação em sala de aula favorece a sua aprendizagem efetiva.

Segundo Sasaki (2005): torna-se uma escola inclusiva:

(...) depois que se reestruturou para atender à diversidade do novo alunado em termos de necessidades especiais (não só as decorrentes de deficiência física, mental, visual, auditiva ou múltipla, como também aquelas resultantes de outras condições atípicas), em termos de estilos e habilidades de aprendizagem dos alunos e em todos os outros requisitos do princípio da inclusão, conforme estabelecido no documento, 'A declaração de Salamanca e o Plano de Ação para Educação de Necessidades Especiais' (p. 2).

Quando se pensa em um mundo inclusivo tem-se a ideia de que todas as pessoas têm as mesmas condições e oportunidades de ser ator principal do seu espetáculo de vida fazendo assim a sua participação na sociedade de forma participativa e ativa, onde se entenda que as relações individuais sejam estabelecidas a luz de uma igualdade de valores. Pensando dessa forma não é a pessoa que tem de se adequar ou adaptar-se à sociedade e aos meios educacionais, mas, sim, estas precisam ser preparadas e equipadas para receber estes indivíduos, estes alunos que necessitam de um atendimento especializado.

4. COMPREENDER COMO OCORRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DI

A responsabilidade da inclusão social dos alunos com DI no Ensino Regular não se reduz apenas no direito à matrícula, mas vai muito além de papéis e estrutura física, implica-se no preparo da sensibilidade, que consiste em abrir caminhos para recebê-los de modo a fazê-los sentirem seguros no local onde estão tendo contato com outras pessoas e dar-lhes suporte para se desenvolver mediante as suas capacidades cognitivas.

Contudo, Moraes (2003) compreende-se que:

(...) o conhecimento humano é adquirido pelo indivíduo por meio da estruturação por meio da transmissão estruturadora do processo ensino-aprendizagem, em sua aquisição e em sua elaboração. A educação, na maioria das vezes, é compreendida como instrução e está circunscrita à ação da escola. A ênfase é dada às situações de sala de aula, nas quais os alunos são instruídos pelo professor. (p.51).

Com base nos princípios da Educação Inclusiva também incluímos a participação da interação entre família e escola na busca de minimizar a exclusão e tornar o aluno especial sujeito do processo educacional, como qualquer outro aluno e não apenas mais um “aluno especial” inserido no Ensino Regular.

A inclusão do aluno com DI na escola implica-se numa série de desafios, que deve ter o apoio da família para ajudar neste processo. Também a formação continuada dos professores e a conscientização de todos os profissionais da escola, desde o serviço geral até a direção, a fim de oferecer maior confiança às famílias e aos próprios alunos especiais.

A escola assume um papel importantíssimo na busca de propiciar possibilidades de inclusão para alunos com necessidades intelectuais, tendo em vista a atual configuração do sistema de ensino em nosso país. A LDBEN não se refere à Educação Especial, mas sim, ao termo “Atendimento Educacional Especializado” e que os dois termos têm significados diferentes, e caso tivessem o mesmo significado, constaria na LDBEN da mesma forma que constava na Emenda Constitucional nº 1 de 1969, no Capítulo “Do

Direito à Ordem Econômica e Social”.

A interpretação a ser adotada deve-se considerar que essa substituição não pode ser admitida em qualquer hipótese, independentemente da idade da pessoa. Isso decorre do fato de que toda a Legislação Ordinária tem que estar em conformidade com a Constituição Federal. Além disso, um artigo de lei não deve ser lido isoladamente (Fávero; Pantoja; Mantoan, 2007, p. 27).

As escolas comuns devem-se garantir o acesso, a permanência e a continuidade dos estudos dos alunos com necessidades especiais, para que tenha contato com seus colegas e que aprenda de acordo com suas possibilidades.

O direito ao Atendimento Educacional Especializado previsto nos artigos 58, 59 e 60 da LDBEN (Lei nº 9394/96) e também na Constituição Federal, não substitui o direito à educação (escolarização) oferecida em turmas de escolas comuns da rede regular de ensino (Fávero; Pantoja; Mantoan, 2007, p. 28).

Ratificando o que já foi dito, esclarece-se que os especiais têm direito a serviços de apoio especializado dentro da escola regular e não à Educação Especial fora das escolas regular, como dito anteriormente.

Tudo isso reforça a necessidade de políticas públicas voltadas a um atendimento educacional especializado bem organizado, garantindo o reconhecimento e atendimento às particularidades de cada aluno com necessidades intelectuais. Na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa com necessidades especiais, celebrada na Guatemala, em 1999, esclarece que não será mais possível um tratamento desigual com relação à deficiência.

A Convenção da Guatemala ainda contempla a LDBEN no que diz respeito à opção das pessoas com necessidades especiais e de seus responsáveis, em prever as situações em que a Educação Especial se dará. contraditoriamente, o que ocorre na prática é a imposição desta educação pela escola ou rede de ensino.

O mundo vive hoje uma era em que a palavra da vez é a “Inclusão”. Todos os setores da sociedade – seja político, social, econômico ou educacional – busca-se modificar seu pensar/agir com o próximo, e o caminho pelo qual pretendem fazer isso é através da inclusão. Tratando-se da inclusão social das pessoas com necessidades intelectuais no âmbito educacional, sendo vista como processo, que implica uma mudança de atitudes, pela sociedade, pela escola e pela família, na busca de melhorias significativas para esses

sujeitos.

Nos últimos anos, após da Declaração de Salamanca, em 1994, a grande parte dos países do mundo implantaram políticas de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, isso porque consideram a referida Declaração como o meio mais democrático para um significativo e efetivo aumento de oportunidades educacionais para os especiais. A luta por uma educação inclusiva no Brasil aponta-se para a união entre as próprias pessoas com necessidades especiais, seus amigos e familiares, que unidos.

Hoje, o Brasil, embora não signatário da referida Declaração, busca-se adotá-la, pelo menos na teoria, procurando assumir o compromisso político em atribuir condições necessárias a seus sistemas educacionais, com intuito de incluir todas as crianças no Ensino Regular, independentemente de suas especificidades, passo dado principalmente após a LDBEN 9394/96. O termo Educação Inclusiva é visto como processo de inclusão de todos os estudantes, inclusive os que apresentam alguma necessidade especial, em estabelecimentos de ensino regular, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, sendo que nesta inclusão a escola deve privilegiar e enfatizar a necessidade de projetos para um efetivo atendimento dos seus alunos.

A Constituição Federal, em seu artigo 1º, inciso II e III reza que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. E em seu artigo 3º, inciso IV, afirma que são objetivos fundamentais “promove-se o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (MEC/SEESP, 2011, p. 8).

Garante o direito à igualdade (art. 5º) e trata, nos artigos 205 e seguintes, do direito de todos à educação, que é dever do Estado e da família, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, prepara-se para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (MEC/SEESP, 2011, p. 56).

O sentido da palavra “Inclusão está ligado à oferta de oportunidades e de participação social da pessoa com necessidades especiais, para que seja possível torna-se um sujeito de autonomia e um cidadão participante na sociedade. O processo de inclusão não se deve restringir apenas a matricular as crianças com alguma necessidade especiais em salas e escolas regulares, mas sim, fornece suporte e serviços na área de Educação Inclusiva através dos seus profissionais, além de ser encarado como um processo

constante, e como tal, precisa estar sempre em constante avaliação, na busca de resultados mais satisfatórios.

A educação é o ponto inicial para a inclusão, é nela que as mudanças aparecem, adaptando os currículos e a forma de avaliação. Esses dois itens são de fundamental importância na busca de igualdade de direitos e oportunidades que os excluídos e suas famílias tanto desejam. Ainda segundo os autores, é importante ressaltar que essa igualdade não implica incluir um aluno na escola, igualando-o ao aluno denominado padrão, mas sim preparar-se para respeitar as diferenças e as individualidades de cada ser, propiciando práticas pedagógicas e de participação ativa nas atividades escolares, a fim de torná-los sujeitos autônomos e críticos, eliminando, dessa forma, privilégios ante as práticas e pensamentos das classes dominantes.

As mudanças não devem ocorrer em todo ambiente escolar, com mudanças estruturais como rampas e acessos próprios para as pessoas com limitações físicas e motoras possam ter acesso a escola, aquisição de material pedagógico próprio para cada tipo de especificidade, a fim de auxiliar o educando em suas tarefas escolares, além de toda uma preparação de todos os membros da escola e não só dos educadores. A preparação de todos os profissionais da escola é uma prática que deve ser considerado e aplicado, já que muitas pessoas acreditam que apenas o educador precisa fazer cursos e se especializar para trabalhar com as crianças com necessidades especiais, onde desde o porteiro até a merendeira ou proprietário de lanchonete que por ventura exista dentro da escola, devem ter o conhecimento necessário sobre como atender as pessoas com necessidades especiais.

A atuação da escola junto à família dos alunos com DI é de crucial importância para o bom desenvolvimento, já que a formação do indivíduo como cidadão começa na educação que recebe em casa, onde desde cedo aprendem os valores e a forma de respeitar as pessoas. A família, além de ter o papel de criar os filhos, deve assumir também o papel de os educar para que a escola possa dar continuidade aos princípios já adquiridos., tendo agora como objetivo formá-los como cidadãos, desenvolvendo uma consciência crítica sobre as coisas e o mundo, além de aprender a conviver e se relacionar com os outros ao seu redor.

A maior dificuldade encontrada na escola foca-se no fato de que as famílias não têm o hábito de participar de reuniões e palestras, ocasionando assim uma falta de

informação. Os pais muitas vezes não sabem agir diante de como trabalhar e entender seus filhos deixando essa responsabilidade para os médicos, professores e outros profissionais. Também não conhecem os direitos de seus filhos e dos benefícios que podem desfrutar, se conformando pelo simples fato de já estarem inseridos no Ensino Regular.

A família necessita-se acompanhar todo o processo escolar de seu filho, participando, cobrando, bem como se informando dos direitos e deveres quanto pais. A escola deve-se dar continuidade aos valores e as crenças de cada família têm, além de privilegiar oportunizando os pais na hora da tomada de decisões, fazendo valer seus direitos na luta por melhorias significativas para todos. Na relação inclusão/exclusão se repensa no direcionamento de nossas instituições em construir uma nova vertente de atuação, verificando que, a necessidade da relação entre a legislação e a efetivação na prática do cumprimento da referida legislação. Por meio da história das práticas educacionais, constata-se que, durante muito tempo, essa área teve como meta a formação e o desenvolvimento apenas dos alunos caracterizados com "normais - normalizados".

Em 1990, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, em Jomtien, Tailândia, promovida pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), participaram educadores de diversos países do mundo, sendo nessa ocasião aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Já na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrada na Guatemala, em maio de 1999, consiste em que as escolas reconheçam as diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado e promova modificações organizacionais, estratégias de ensino. A importância dessa Convenção está no fato de que deixa clara a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência, definindo a discriminação como:

(...) toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o

reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (MEC/SEESP,2001).

A Declaração de Madrid, em 2002, define o parâmetro conceitual para a construção de uma sociedade inclusiva, focalizando os direitos das pessoas com deficiências, as medidas legais, a vida independente, entre outros: como Pereira (2011) que afirma o que for feito hoje em nome da questão da deficiência terá significado para todos no mundo de amanhã.

O marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a Declaração da Salamanca Espanha, realizado pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais Acesso e Qualidade, assinado por 92 países, que tem como princípio fundamental. Segundo Pereira (2011) todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem.

A necessidade de impulsionar a mudança do paradigma vivenciado nas instituições escolares é compreendida na busca da ressignificação da educação e do processo educativo, não mais como foco exclusivista, mas como trajeto de inclusão e mudança do macro sistema social. Se tratando do processo educativo que implica na formação dos professores, na sua qualificação profissional e a resistências dos professores e direções em aceitar as mudanças e a quebra de uma rotina de trabalho já arraigada.

O problema agrava-se quando se observa o professor totalmente dependente de apoio ou assessoria de profissional da área da saúde, dando espaço para a saída do pedagógico. Com isso o professor sente-se fora do processo por considerar esse aluno com pouca capacidade concluindo que não pode fazer nada por ele, pois pensa-se que ele precisa de tratamento especializado da área clínica. O professor acaba-se acomodando em sua formação, as condições da própria escola em receber esses alunos, que entram nas escolas e continuam excluídos de todo o processo de ensino-aprendizagem e social, causando frustração e fracassos, dificultando assim a proposta de inclusão.

Para Mantoan, (2005), não se basta apenas incluir, a proposta exposta no Regimento Escolar e na Proposta Política Pedagógica da Escola deve-se plantear metas de desenvolvimento escolar desses alunos com necessidades especiais, preparar os professores com formação continuada, de apoio administrativo e recursos financeiros. Observa-se que as dificuldades dos professores ainda estão carregadas de preconceitos e estigmas,

frustrações e medo: "não sou capaz disso", "não sei por onde começar", "é preciso ter uma equipe técnica na escola.

De acordo com Duck e Naujorks (2006) há uma grande necessidade também na formação dos professores, objetivando prepará-los para adequarem suas posturas educacionais frente às diversidades dos alunos com necessidades intelectuais.

Carvalho (2010) aborda-se sobre a importância da formação continuada dos professores em busca de novas estratégias que nos permite direcionar através de novas teorias e práticas alicerçadas em outra leitura de mundo e, principalmente, nas crenças da infinita riqueza de potencialidades humanas, tanto nos alunos como nos professores.

A educação especial como é compreendida como modalidade que perpassa todos os níveis e etapas de ensino definida como proposta pedagógica que assegura recursos, serviços especializados e atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, tendo a necessidade de provocar mudanças nos sistemas educacionais, não só na estrutura física, mas também na formação de professores para que possibilite que cada vez mais a inclusão dos alunos no ensino regular. Dessa forma, as organizações governamentais constituem as políticas de inclusão que visam à eliminação das barreiras pedagógicas, físicas e nas comunicações, fortalecendo o movimento de transformação.

4.1. As implicações quanto a inclusão social dos alunos com DI da Escola Maria de Nazaré

A inclusão de alunos com deficiência, que apresentam necessidades educacionais especiais na área intelectual no Ensino Regular iniciou no primeiro semestre de 2003, segundo dados colhidos no decorrer da entrevista com a coordenação da referida escola campo de pesquisa. As crianças incluídas no ensino regular com necessidades intelectuais foram distribuídas da seguinte forma quatro alunos no primeiro ano, três crianças no segundo ano e duas no terceiro ano.

De acordo com Blanco (2004), a escola focaliza-se na atenção em satisfazer necessidades comuns, delineando objetivos sem considerar as características específicas de cada aluno. Dentro dessa perspectiva observa-se que a escola incluiu esses alunos conforme rege a LDBEN 9394/96, mas o acompanhamento e atendimento educacional

especializado não é efetivado e os alunos seguem incluídos no ensino regular sem uma adaptação curricular e sem uma proposta pedagógica individualizada. Para Freitas (2006), o movimento de inclusão escolar revela que a educação, com seus métodos tradicionais, exclui-se cada vez mais alunos, ao invés de incluí-los. Dessa forma, evidencia-se que considerar as especificidades de cada aluno é fundamental para garantir a qualidade de ensino para todos os alunos, e não apenas para aqueles que apresentam dificuldades mais evidentes.

Em vista disso, torna-se claro a importância da realização de adaptações curriculares para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, principalmente para aqueles que apresentam necessidades na área intelectual, visto que apresentam um ritmo lento no processo de aprendizagem. Fica-se evidente a necessidade de acompanhar individualmente cada aluno que apresenta esse ritmo, traçar uma proposta diante das suas possibilidades, acompanhando sua evolução e acreditando no seu desenvolvimento.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa que tem como objetivos analisar a inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil. Segue seguiu a seguinte metodologia abaixo que, por meio da mesma, possibilitou que todos os objetivos estabelecidos na pesquisa fossem alcançados considerando os resultados que serão no próximo capítulo relatados e discutidos.

5.1. Perguntas da pesquisa

5.1.1. Pergunta Geral da pesquisa

Como se dar o processo de inc

lusão educativa e social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas?

5.1.2. Perguntas específicas da pesquisa

1. Como identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré?
2. Como analisar a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental?
3. Como determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré?

5.2. Problematização da pesquisa

A educação de alunos com D.I. levantam algumas situações problemáticas que fomentam perguntas e questionamentos sobre como enfrentar as dificuldades que passam

os alunos com DI e, como diminuir ou abonar essas dificuldades.

Com estes questionamentos elaboramos o seguinte problema:

- Quais são os desafios enfrentados pelos alunos com DI no ensino Fundamental Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.

5.3. Objetivos da pesquisa

5.3.1. Objetivo Geral da pesquisa

Analisar o processo de inclusão educativa e social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas.

5.3.2. Objetivos Específicos da pesquisa

- 1) Identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré;
- 2) Analisar a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental;
- 3) Determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.

5.4. Local da Pesquisa

5.4.1. Histórico da Cidade de Arapiraca, Alagoas, Brasil

Alagoas é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado no leste da região Nordeste e tem como limites Pernambuco (N e NO), Sergipe (S), Bahia (SO) e o Oceano Atlântico (L). Ocupa uma área de 27 848,140 km², sendo ligeiramente menor que a Albânia. Sua capital é a cidade de Maceió e a sede administrativa é o Palácio República dos Palmares. O atual governador é Paulo Dantas (MDB).

Figura 01: Localização do Estado de Alagoas no Mapa do Brasil.

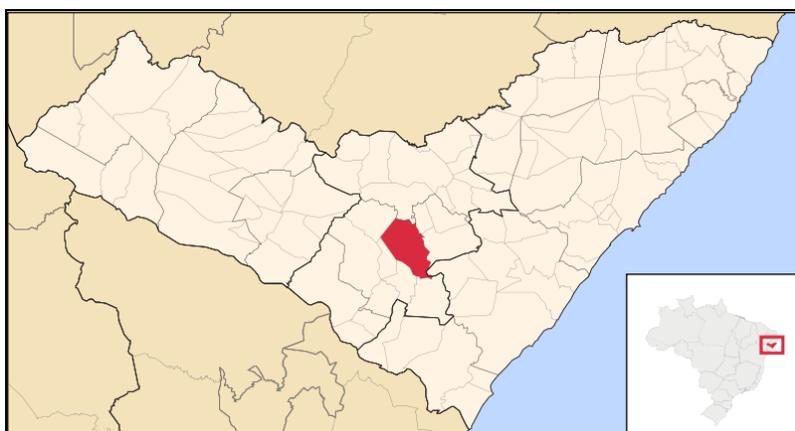


Fonte: data:image/jpeg;base64,/9j/4AAQSkZJRgABAQAAQABAAQ/2wCEA

Inicialmente, o território alagoano constituía a parte sul da Capitania de Pernambuco, só vindo a conquistar sua autonomia em 1817, como punição imposta por D. João VI aos pernambucanos pela chamada "Revolução Pernambucana", movimento separatista. Sua ocupação decorreu da expansão para o sul da lavoura de cana-de-açúcar da Capitania de Pernambuco, que necessitava de novas áreas de cultivo. Surgiram, assim, Porto Calvo, Alagoas (atual Marechal Deodoro) e Penedo, núcleos que orientaram, por muito tempo, a colonização e a vida econômica e social da região. A invasão holandesa em Pernambuco estendeu-se a Alagoas em 1631. Os invasores foram expulsos em 1645, depois de intensos combates em Porto Calvo, deixando a economia local totalmente desorganizada. A fuga de escravos negros durante a invasão holandesa criou um sério problema de falta de mão de obra nas plantações de cana. Agrupados em aldeamentos denominados quilombos, os negros só foram dominados completamente no final do século XVII, com a destruição do quilombo mais importante, o de Palmares.

Arapiraca é um município brasileiro no estado de Alagoas, Região Nordeste do país. Localiza-se no Agreste alagoano e pertence à Região Metropolitana do Agreste, estando situado a cerca de 125 km a oeste da capital do estado. Ocupa uma área de pouco mais de 345 km², sendo 59 km² em área urbana, e sua população em 2021 era de 234.309 habitantes. Sendo o segundo município com maior população de Alagoas e o nono do interior do Nordeste.

Figura 02: Localização da Cidade de Arapiraca (Alagoas), no Mapa do Brasil.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brazil_location_map.svg

O desenvolvimento da cidade se deu principalmente nos anos de 1970, quando a cultura da produção de fumo, o antigamente conhecido "Ouro Verde", uma das principais atividades econômicas da época na região, elevou a cidade a categoria de município. Mas, atualmente, a cidade conta com várias empresas de grande porte e inúmeras empresas de pequeno porte que dão grande impulso na economia local.

Figura 03: Árvore Arapiraca



Fonte: <https://www.google.com.br/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Fweb.arapiraca.al.gov.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F20>

Atualmente, a cidade Arapiraquense vem se destacando por ser uma das que mais vêm gerando empregos em todo o território nacional. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, divulgados pelo Ministério do Trabalho e

Emprego, Arapiraca foi o quarto maior gerador de empregos com carteira assinada no país em 2015.

De acordo com o MTE, a cidade gerou 2.076 empregos no ano passado, ficando atrás apenas das cidades de Canaã dos Carajás, no Pará, que gerou 2.801 vagas com carteira assinada, Pontal do Paraná, no Paraná, que registrou 2.265 vagas de trabalho e Matão, no estado de São Paulo, com a criação de 2.110 postos formais de trabalho.

Figura 04: Vista da Cidade de Arapiraca



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Arapiracafoto.jpg>

Embora a cidade de Arapiraca pareça ser uma cidade recente, há registros de que, por volta de 1848, as terras arapiraquenses pertenciam a Marinho Falcão. Este as vendeu para Amaro da Silva Valente, que passou a habitá-las junto com sua família. Algum tempo depois, o genro de Amaro da Silva, Manoel André Correia, foi adentrando nas longas matas virgens intocadas até que descobriu uma planície fértil e rica em árvores frondosas, principalmente a árvore que dá nome a cidade, a "Arapiraca". Foi embaixo da Arapiraca, localizada as margens do Riacho Seco, que Manoel André Correia descansou e teve a ideia de construir uma cabana.

Depois de algum tempo, com a vinda de outras famílias, a árvore Arapiraca ficou cercada por um povoado. O local começou a ser povoado na primeira metade do século XIX. No ano de 1855, a esposa de Manoel André faleceu, e em sua homenagem, no ano de 1864, Manoel André decidiu construir, sobre sua sepultura, a capela de Nossa Senhora do Bom Conselho. Em 1863, um ano antes da construção da capela, tinha chegado ao

povoado o filho de Amaro da Silva Valente e cunhado de Manoel André, Manoel Ferreira de Macedo. Já os produtos agrícolas produzidos no povoado, eram vendidos na feira de Lagoa dos Veados, próximo ao povoado de Arapiraca.

Manoel André também contribuiu para o crescimento econômico dos povoados vizinhos. Manoel abriu uma trilha ao qual era possível levar comboios de animais até a Vila de Porto da Folha (hoje cidade de Traipu), como ficou conhecida até o ano de 1876. Essa trilha foi se tornando conhecida na região central de Alagoas e por ela era escoado todos os produtos dos povoados vizinhos. No ano de 1880, Esperidião Rodrigues, associando-se com Florêncio Apolinário, se estabeleceram no povoado de Arapiraca com a primeira casa de negócio, no ramo de estivas e tecidos e em 1884 Esperidião criou a primeira feira.

5.4.2. A Instituição Escolar

A Escola De Ensino Fund. Maria De Nazaré se localiza em: R Claudio De Albuquerque Lima, 2055- São Luiz I, Arapiraca – Alagoas. Oferece toda a estrutura necessária para o conforto e desenvolvimento educacional dos seus alunos, como por exemplo: Internet, Banda Larga, Laboratório de Informática, Pátio Coberto, Pátio Descoberto, Área Verde, Sala do Professor e Alimentação.

A infraestrutura da Escola consta com: Alimentação escolar para os alunos; Água filtrada; Água da rede pública; Energia da rede pública; Fossa; Lixo destinado à coleta periódica; Acesso à Internet Banda larga;

Figura 05: Fachada da Escola De Ensino Fund. Maria De Nazaré.



Fonte: elaboração própria.

Em relação a Instalação de ensino: 7 salas de aulas; Sala de diretoria; Sala de professores; Laboratório de informática; Cozinha; Biblioteca; Sala de secretaria; Banheiro com chuveiro; Despensa; Almojarifado; Pátio coberto; Pátio descoberto.

Figura 06: Área interna da Escola.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 07: Pátio da Escola.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 08: Banheiros dos alunos.



Fonte: Elaboração própria.

5.5. A Delimitação da pesquisa

O *Espaço da pesquisa*: o estudo foi realizado na Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.

O *Tempo da realização da pesquisa*: a pesquisa abrange todo o ano de 2022 e parte de 2023. O estudo de campo se realizará nos meses de fevereiro a março de 2023.

O *Conteúdo da pesquisa*: nesta fase se precisa dos fatores ou características do problema a investigar, assim como distinguir as possíveis conexões com outros problemas.

A *Unidade de Análise da pesquisa*: a unidade de análise é composta por alunos e professores do Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.

5.6. Tipo de Pesquisa

Do *Tipo Descritiva* – Segundo Maia (2010), porque o seu alcance é descrever especificamente quando e onde as propriedades, características e razões do fenômeno (acima citado) ocorrem. Segundo Kauark, Manhães e Souza (2010) “a pesquisa descritiva visa descrever as características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Segundo Barros e Lehfeld (2010) a pesquisa descritiva permite chegar à elaboração de perfis, senários, etc. Os estudos descritivos procuram especificar as propriedades, as características e os perfis importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que se submeta a análise. Eles medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisados (Hernandez Sampieri, 2010).

A *ênfase metodológica* é qualitativa, no enfoque qualitativo se seleciona quando se busca compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos o grupo pequeno de pessoas que se investigará) sobre dos fenômenos que os rodeiam, aprofundar suas experiências, perspectivas, opiniões e significados, ou seja, a forma em que os participantes percebem subjetivamente sua realidade (Hernandez Sampieri, 2010). Isto será

realizado por meio dos instrumentos: grupo de discussão (entrevista estruturada), pauta de observação e questionários fechados baseados na escala de Likert.

Desenho não experimental - se realiza sem manipular deliberadamente variáveis, ou seja, se trata de estudos onde não fazemos variar em forma intencional as variáveis independentes para ver seu efeito sobre outras variáveis. O que fazemos na pesquisa não experimental é observar fenômenos tal como se dão em seu contexto natural, para posteriormente analisá-los (Hernandez Sampieri, 2010).

5.7. População e Amostra da pesquisa

A população é a totalidade de elementos sob o estudo que apresentam uma ou mais características em comum; a amostra é uma parte da população, que tem o objetivo de tirar conclusões para o universo de onde foi retirada.

A população foi de 18 sujeitos onde conta com os docentes que fazem parte do quadro funcional do Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré em Arapiraca. Assim, os atores investigados nesse processo fazem parte de uma amostra formada por 18 (dezoito) professores da Escola Maria de Nazaré, que atendem alunos com DI. Os professores escolhidos para participar da pesquisa foram aqueles que atendem alunos com DI na referida escola.

Tabela 01: População e amostra da pesquisa

População e amostra da pesquisa (Professores)	
População	18
Amostra	16

Fonte: dados da pesquisa.

No caso dos professores do Ensino Fundamental, trata-se de uma amostra não probabilística, pois como indica Hernandez Sampieri et al. (2010), neste tipo de amostra “a escolha dos indivíduos não depende que todos tenham a mesma probabilidade de ser escolhidos, mas da decisão de um pesquisador ou grupo de pesquisadores.

Foi feito os esclarecimentos sobre a investigação e aplicado o questionário. Como indica Hernandez Sampieri et al. (2010) neste tipo de amostragem os elementos do

universo da pesquisa têm a mesma chance de serem escolhidos. São selecionados aleatoriamente ou ao acaso. Existe uma probabilidade igual, para todos os elementos, de eles serem sorteados.

O cálculo da amostra foi realizado pela calculadora amostral no seguinte site: <https://comentto.com/calculadora-amostral/> e no site: www.aquare.la/o-que-e-amostragem/. Da população de 18 participantes tivemos a amostra de acordo os cálculos da calculadora amostral: população 18 sujeitos, erro amostral 7%, nível de confiança 95%, distribuição da população de 80/20, que deu o resultado da amostra de 16 sujeitos.

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \cdot p \cdot q}{E^2}$$

5.8. Instrumentos e Coleta de Dados da pesquisa

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados da pesquisa foram 1 (um) questionário fechado (10 questões), e 1(uma) entrevista aberta (9 questões), os mesmos foram aplicados aos professores com diferentes objetivos na coleta de dados. Os mesmos visam analisar o processo de inclusão educativa e social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas.

De acordo com Hernandez Sampieri (2010), um questionário consiste em um conjunto de perguntas a respeito de uma ou mais variáveis a medir. A entrevista aberta (estruturada), como cita Sampieri (2010) o entrevistador realiza seu trabalho como base num guia de perguntas específicas e se sujeita exclusivamente a esta (o instrumento prescreve que questões se perguntarão e em que ordem), isso se dá para maior controle da entrevista em um grupo de discurso.

Portanto, esses instrumentos têm como objetivo fazer a caracterização do universo pesquisado, descrevendo as opiniões dos participantes sobre o tema específico abordado

que no caso é: Análise da inclusão educativa e social dos alunos com necessidades educativas intelectuais no ensino Fundamental da escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil. **Variável 1:** A qualidade do atendimento no desempenho do aprendizado dos alunos com DI no ensino fundamental da Escola Maria de Nazaré. Seus indicadores foram os desafios da inclusão dos alunos com DI no ensino fundamental da referida escola. **Variável 2:** A análise da legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental; como lidar com as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.

Os instrumentos foram validados em dois momentos, no primeiro pelo professor/orientador/tutor da referida investigação, a Dr. José Antonio Torres González. No segundo momento, apresentamos tais instrumentos para validação de mais 3 (três) professores mestre e doutores em Educação, que são professores do Curso de Pós-Graduação nas modalidades Mestrado e Doutorado em Ciências da Educação.

5.9. Procedimentos para Coletas de Dados

Foi nesse contexto que os instrumentos para a coleta de dados foram aplicados com início no dia 2 de maio de até o dia 2 de junho de 2023: em primeiro lugar, ao diretor e professoras atuantes da instituição escolar foram entregues ofícios (pedido de autorização para aplicação da pesquisa) onde contém as explicações sobre o objetivo da pesquisa, a solicitação para colaboração e permissão para a realização da pesquisa junto aos professores e pais de alunos da Escola Maria de Nazaré, em seguida foram feitos os esclarecimentos das possíveis dúvidas contidas nos questionários anexados aos seus respectivos ofícios, e finalmente entregues aos informantes selecionados. No dia 2 de maio de 2023, começamos aplicação do *questionário fechado junto aos professores*, em que a pesquisadora explicou cada todo o questionário fechado com 10 perguntas. Depois

no dia 8 de maio de 2023, a pesquisadora esteve novamente com os professores, e continuou a aplicação dos instrumentos, dessa vez para aplicar a entrevista aberta (com 9 perguntas), e esclarecendo cada pergunta abordada. Aos participantes, foi garantido anonimato, bem como o resultado da pesquisa após sua aprovação e defesa na Universidad Autónoma de Asunción (UAA).

Quadro 01: Técnica utilizada na pesquisa.

Objetivos da pesquisa	Técnicas de coleta de dados	Fonte de informação
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo específicos 1: Identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré. • Objetivo específico 2: Conhecer a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental; 	<ul style="list-style-type: none"> • Questionário fechado; • Entrevista aberta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Professores
<ul style="list-style-type: none"> • Objetivo específico 2: Conhecer a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental; e objetivo • Objetivo específico 3: Determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré. 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista aberta 	<ul style="list-style-type: none"> • Professores relacionados ao aprendizado de seus alunos.

Fonte: dados da pesquisa.

6. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo ressaltaremos os análises e discussão dos resultados obtidos pela pesquisa que foi aplicada no ensino Fundamental na Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil. Os resultados se deram a partir da aplicação dos instrumentos elaborados pela pesquisadora e avaliados pelos doutores na área da Educação, de acordo com a orientação do orientador desta pesquisa. Os instrumentos usados para a obtenção dos resultados foram: um questionário fechado e uma entrevista aberta para os professores.

No primeiro momento tivemos dificuldades para a aplicação dos questionários pois alguns professores estavam relutantes em participar da pesquisa, mas ao passar do tempo e por meio de diálogos entre a pesquisadora, a coordenação da escola, os professores participaram da pesquisa assim respondendo ao questionário.

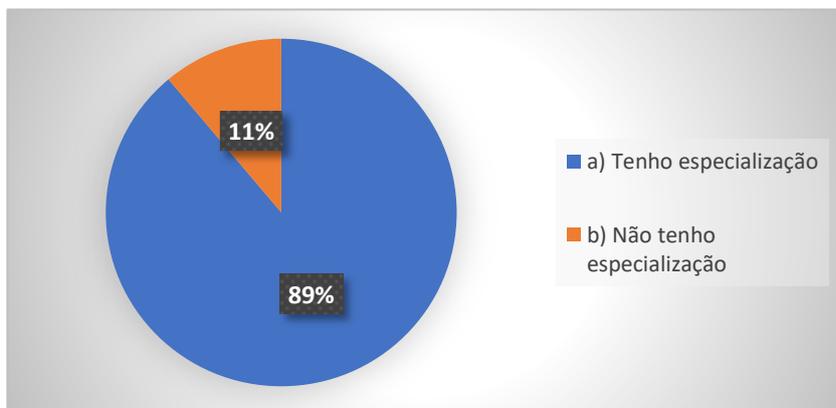
6.1. Análises dos Resultados do questionário aplicado aos professores (as) da Escola

Os resultados deste questionário vêm a responde o objetivo específicos 1 que é: *Identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.*

Passando a análises dos resultados obtidos pelo questionário temos as seguintes respostas representadas em gráficos e analisadas discursivamente:

Analisando o gráfico 1 temos que: *89% dos professores entrevistados responderam que têm especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais e, 11% dos professores responderam que não têm especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais.* Então como podemos comprovar a maioria dos professores tem especialização relacionada a atendimento de alunos com DI. Vendo pelos resultados os professores tem preparo para ensinar alunos com DI.

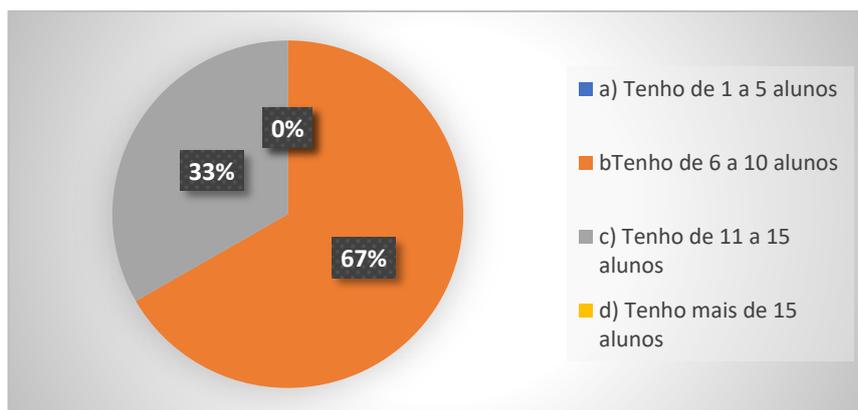
Gráfico 01: Você tem especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais?



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante de tais resultados é importante ressaltar que a capacitação dos professores é de suma necessidade para o atendimento dos alunos com DI, considerando o seguinte contexto, a inclusão educacional aponta a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca documento considerado marco do movimento mundial pela inclusão, orientando que as escolas se ajustem às necessidades de todos os alunos, devendo acolher a todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, determinando também que todas as pessoas com incapacidades fossem incluídas em escolas de Ensino Regular.

Gráfico 02: Você tem alunos que apresentam transtornos específicos no aprendizado da leitura e escrita?



Fonte: Dados da pesquisa.

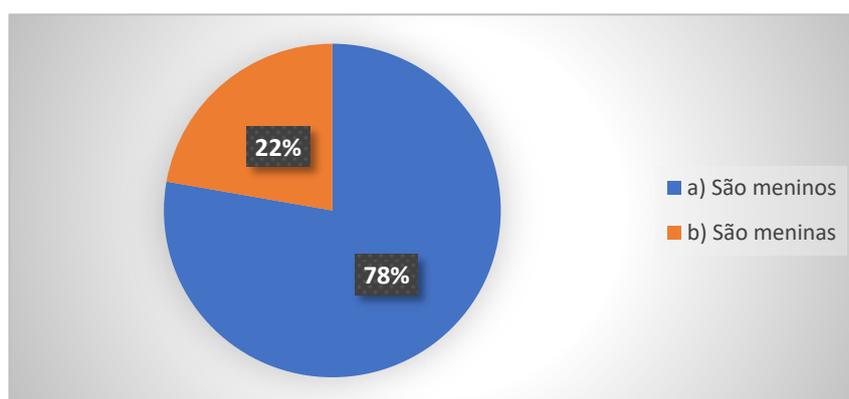
Analisando o gráfico 2 temos que: 67% dos professores responderam que seus alunos que apresentam DI estão na faixa etária entre 6 a 10 anos, e 33% dos professores

responderam que seus alunos estão na faixa etária entre 11 a 15 anos. Como vemos os resultados a maioria dos alunos com DI estão na faixa etária entre 6 a 10 anos. É muito importante quando os alunos com DI passam a serem acompanhados desde cedo, ou seja, quando mais cedo começar o atendimento especializado dos alunos com DI, melhores serão os desempenhos do aprendizado dos mesmos.

Infelizmente em muitas cidades brasileiras as condições para o atendimento de crianças com necessidades especiais são mínimas, e também muitas famílias não conseguem matricular seus filhos, às vezes por morarem distantes das escolas ou até mesmo por morarem em cidades que não tem escolas com professores especializados em atendimento de alunos com DI.

É importante lembrar que o Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentado no parágrafo único do Art. 60 da Lei n. 9394/1996, destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB ao atendimento educacional especializado. Será contabilizado duplamente no âmbito do FUNDEB, o aluno matriculado na classe do ensino regular público que tiver matrícula concomitante no AEE. Esse atendimento educacional especializado - AEE é um serviço da Educação especial que tem como objetivo eliminar barreiras que dificultem a participação dos alunos no ensino regular considerando as suas necessidades específicas.

Gráfico 03: Seus alunos que apresentam problemas de aprendizagem: são na maioria meninos ou meninas?

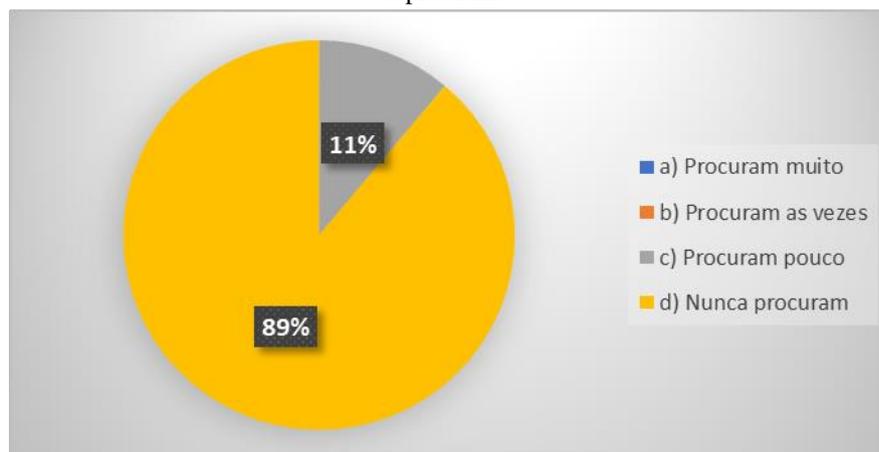


Fonte: Dados da pesquisa.

Passando a analisar o gráfico 4 temos que: 89% dos professores responderam que seus alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem nunca têm procurado eles para

falar sobre seus problemas (dificuldades), e 11% dos professores responderam que seus alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem têm procurado pouco eles para falar sobre seus problemas (dificuldades). Como podemos entender, os alunos com necessidades especiais não sabem como pedir apoio aos professores, para melhorar seus desempenhos no ensino aprendido.

Gráfico 04: Os seus alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem tem procurado você para falar sobre o problema?



Fonte: Dados da pesquisa.

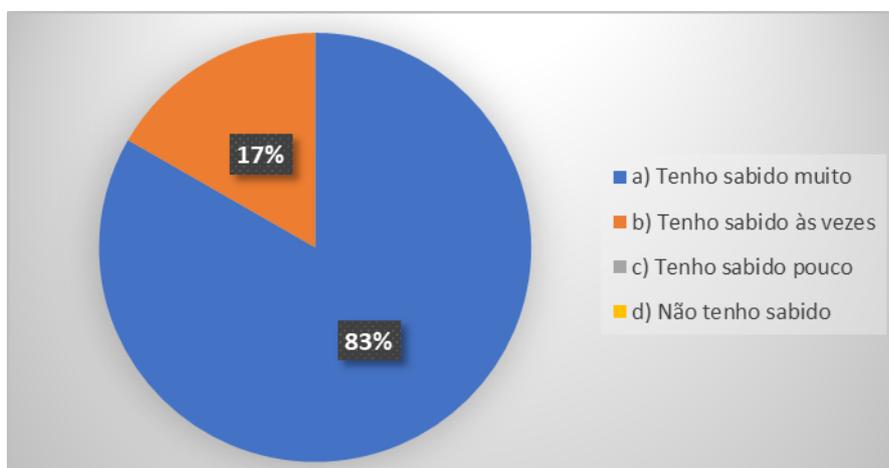
Quando falamos de alunos/ crianças com necessidades especiais temos que ter o conhecimento o que é considerado crianças com DI, às vezes, esse tema é muito difícil de ser discutido ou aceito pela comunidade educativa ou a família do aluno/ criança com DI. Os professores são como uma ponte para fazer esse contato interessante que irá romper com esse inconveniente entre as partes citadas. Então é bom sabermos contextualizar o que é criança com necessidades especiais. Vejamos a citação abaixo:

[...] a expressão “necessidade educacionais especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. [...] Neste conceito, terão que incluir crianças com deficiência ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (Brasil, 1994, p. 15)

Seguindo com o análises dos resultados da pesquisa, temos aqui no gráfico 5 que: 83% dos professores responderam que têm sabido lidar com os problemas que seus alunos apresentam no aprendizado da leitura e, 17% dos professores responderam que têm sabido, às vezes, têm sabido lidar com os problemas que seus alunos apresentam no

aprendizado da leitura.

Gráfico 05: Tem sabido lidar com os problemas que seus alunos apresentam no aprendizado da leitura?



Fonte: Dados da pesquisa.

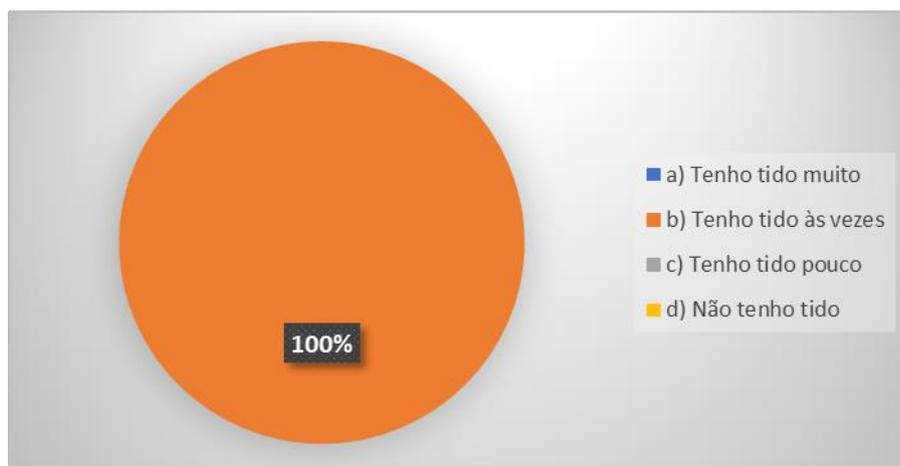
Sabe-se que algumas atitudes do educador são fundamentais para que a inclusão ocorra de maneira satisfatória, necessitando da participação efetiva do gestor da escola na busca de alternativas e não esperar que as soluções venham de fora, a responsabilidade é de todos. Existe a preocupação em oferecer os cursos de Formação Continuada, mas o que observa é que muitos professores se recusam fazer, para não terem responsabilidade, entretanto quando se deparam com aluno com necessidades especiais na sala de aula justificam-se que não são capacitados para tal.

Quando se tratar de atendimento especializado a alunos com DI, nem todos os professores tem uma preparação para trabalhar com esse tipo de alunos, aqui temos dados muito importante como que os professores da instituição pesquisada estão se sentindo preparados para atender seus alunos com DI, ou seja, os professores tem preparação para trabalhar com as necessidades especiais, mesmo que os mesmo tenham ainda dificuldades para trabalhar com seus alunos.

Chegamos ao análises do gráfico 6 que temos os seguintes resultados: *100% dos professores responderam que têm tido capacitação para acompanhar seus alunos que apresentam problemas de aprendizado na leitura e escrita.* Então como podemos comprovar que a escola tem buscado capacitar seus professores para melhor atender a seus alunos, não somente aos alunos com DI, mas sim a todos os alunos. Como já sabemos as

escolas todos os anos, antes de começarem as aulas, acontece a semana pedagógica que busca promover reflexões sobre a prática pedagógica dos professores e oferece alguns minicursos, capacitações para os seus professores, oferecendo-lhes assim novos recursos, estratégias de ensino, metodologias para trabalhar com seus alunos.

Gráfico 06: Tem tido capacitação para acompanhar seus alunos que apresentam problemas de aprendizado na leitura e escrita?



Fonte: Dados da pesquisa.

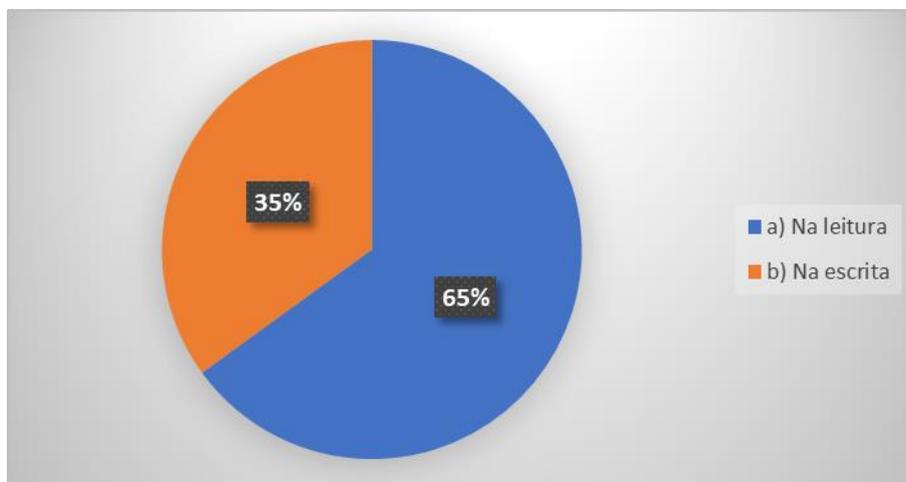
Segundo a Unesco apud Mendes (2002) o princípio fundamental da inclusão escolar está no reconhecimento das escolas nas diversas necessidades dos alunos, dando-lhes o direito de uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem com adequação curricular, que possibilite mudanças organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesitos.

Conforme destaca Mantoan (2005, p. 26):

Os professores, no geral, precisam realmente de uma boa formação para ensinar a qualquer um. Sabe que a formação importante para tal processo, mas, não basta que se preocupe apenas com a formação, pois a inclusão vai, além disso.

Ainda sobre a semana pedagógica que é uma formação desenhada para promover a formação continuada dos profissionais da educação (professores e coordenadores), através de discussões pautadas em aportes teóricos relevantes sobre temas emergentes que afetam o cotidiano da sala de aula, bem como o processo de ensino e aprendizagem.

Gráfico 07: Em que aprendizado seus alunos apresentam dificuldades: na leitura ou na escrita?



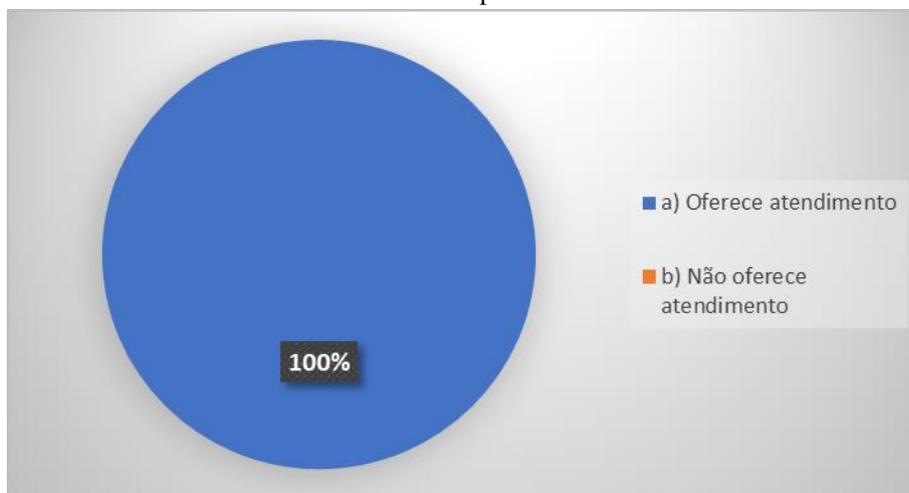
Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o gráfico 7 temos que: *65% dos professores responderam que seus alunos apresentam dificuldades no aprendizado na leitura e 35% dos professores responderam que seus alunos apresentam dificuldade na escrita.* Como podemos ver a maioria dos alunos com DI apresentam dificuldade na leitura, ou seja, na fala, então é bom encaminhar o aluno a um fonodólogo, pois como podem apresentar dificuldades na articulação correta dos sons e na fluência verbal. Os fonoaudiólogos oferecem intervenções especializadas, ajudando a aprimorar a clareza da fala e a fluidez da comunicação verbal.

Como já foi discutido aqui nessa pesquisa é através da inclusão que a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor independente das diferenças.

A escola deve ser capaz de atender seus alunos em suas especialidades e singularidades e isso é válido para todos nós, não só para quem possui algum deficiente. Afinal, todas as pessoas apresentam diferentes características, se sobressaem em algumas áreas e apresentam dificuldades em outras, e isso precisa ser respeitado e levado em conta na hora da aprendizagem e do convívio social.

Gráfico 08: A escola em que trabalha oferece atendimento específicos para os alunos que apresentam transtorno de aprendizagem?



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o gráfico 8 temos que: *100% professores responderam que a escola em que trabalha oferece atendimento específicos para os alunos que apresentam transtorno de aprendizagem.* Segundo os resultados desta questão apresentada, vemos que todos professores confirmam que a escola oferece atendimento especial para os alunos com DI.

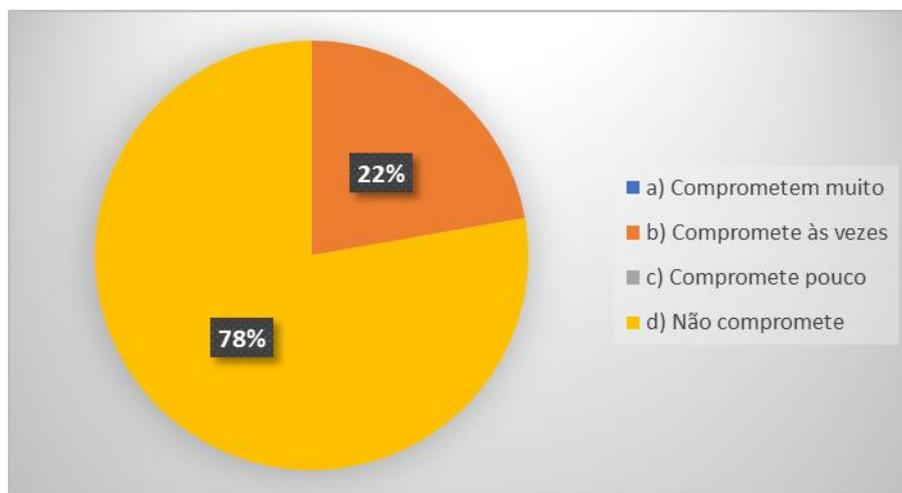
A efetivação da inclusão exige a superação de vários desafios, tais como: estabelecimento de novas formas pedagógicas, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas, os alunos e a própria criança com DI precisam participar ativamente de seu processo de inclusão.

Segundo a Unesco apud Mendes (2002), o princípio fundamental da inclusão escolar está no reconhecimento das escolas nas diversas necessidades dos alunos, dando-lhes o direito de uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem com adequação curricular, que possibilite mudanças organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesitos.

Analisando o gráfico 9 temos que: *78% dos professores responderam que os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem não comprometem o desenvolvimento dos outros colegas de sala de aula e, 22% dos professores responderam que os alunos que*

apresentam dificuldades de aprendizado comprometem às vezes o desenvolvimento dos outros colegas de sala de aula.

Gráfico 09: Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizado comprometem o desenvolvimento dos outros colegas de sala de aula?



Fonte: Dados da pesquisa.

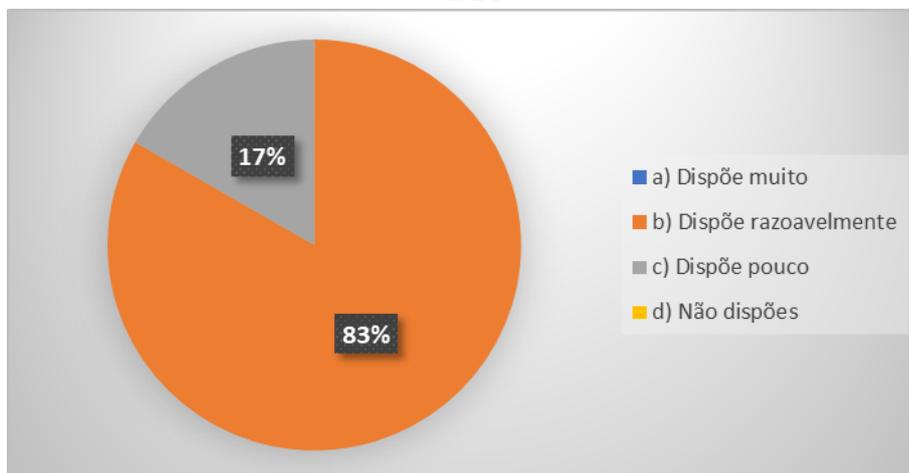
A inclusão dos alunos com DI se dar não pode ser problema para o bom andamento do ensino aprendizado dos demais alunos e, graças a preparação dos professores para atender os alunos com DI na prática educativa, ao longo dos anos percebe-se que uma forma de começar esse processo que seria dar espaço para alunos incluídos para expressarem como se sentem na escola, chamar os pais para participar deste processo, pois quem vivencia essa realidade pode nos apontar os caminhos certos, em que devemos ou podemos seguir.

Os profissionais da escola, incluindo a equipe de apoio, devem estimular a todos os alunos a tomarem suas próprias decisões, de forma que eles possam se tornar cada vez mais importantes, facilitando assim, um processo de inclusão escolar. (Silva, 2006, p. 27)

Analisando o gráfico 10 temos que: *83% dos professores responderam que a escola dispõe de materiais educativos especializados para trabalhar as dificuldades dos alunos com DI e, apenas 17% dos professores responderam que a escola dispõe de materiais educativos especializados para trabalhar as dificuldades dos alunos com DI.* Os materiais didáticos são de suma importância para o desenvolvimento do ensino aprendizado dos alunos e trabalho dos professores. Não dar para trabalhar com alunos com

DI da mesma maneira que se trabalha com os alunos que não apresentam necessidades intelectuais, sabe-se que cada aluno com sua necessidade específica precisa de uma estratégia diferenciada de aprendizagem.

Gráfico 10: A escola dispõe de materiais educativos especializados para trabalhar as dificuldades dos alunos com DI?



Fonte: Dados da pesquisa.

Embora que alguns professores privilegiam o caminho das aprendizagens mecânicas quando atuam junto aos alunos que apresentam deficiência intelectual. Ao invés de apelar para situações de aprendizagem que tenham raízes nas experiências vividas pelo aluno, atividades essas capazes de mobilizar seu raciocínio, propõem atividades baseadas na repetição e na memória. Frequentemente, essas atividades são desprovidas de sentido para os alunos.

Somente para lembrar, os professores que agem desta maneira, tais professores se comportam como se não reconhecessem no aluno que apresenta deficiência intelectual um sujeito capaz de crescimento e de afirmação. Seu acompanhamento pedagógico parece respaldado por uma concepção de aluno que se apoia sobre a ideia de insuficiência ou de lacuna, mesmo de falta no que diz respeito ao raciocínio. Os professores não reconhecem nesse aluno capacidades cognitivas as quais convém mobilizar para favorecer a melhor interação com o meio onde ele vive. Consequentemente, eles negam um aspecto absolutamente fundamental do desenvolvimento humano, a saber, o intelectual. Em suma, eles se fecham em uma pedagogia da negação. Uma pedagogia que não reconhece o potencial dos alunos, sobretudo daqueles que apresentam deficiência intelectual e que, consequentemente, causa prejuízos para as suas aprendizagens e autodeterminação.

6.2. Análises dos Resultados da entrevista aberta aplicada aos professores (as) da Escola

A entrevista aberta foi elaborada com o intuito de responder os objetivos específicos 2 e 3 da pesquisa, que são: *objetivo 2) Conhecer a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental; e objetivo 3) Determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.*

Abaixo seguem as perguntas da entrevista aberta que foi aplicada aos professores direcionadas a conhecer melhor as dificuldades que os alunos com DI. Dentre os 13 professores que participaram da pesquisa e responderam a entrevista, selecionamos as melhores respostas para contextualizar nos resultados e discussões. Vejamos os resultados que estão representados em tabelas e, conseqüentemente estão analisadas segundo os objetivos já mencionados anteriormente neste capítulo:

Tabela 02: Você tem curso de especialização? Qual o curso?

Participante	Resposta
P-1	- <i>Especialização em Educação Especial e Inclusiva</i>
P-2	- <i>Em Educação Especial, em Libras, em TEA e TEG, Educação profissional</i>
P-3	- <i>Em Educação Especial e Inclusiva</i>
P-4	- <i>Sim, em Educação Especial.</i>
P-5	- <i>Sim, em Educação Especial.</i>
P-6	- <i>Sim, em Psicopedagogia.</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela 2 temos os resultados: *a maioria dos professores que participaram da pesquisa tem especialização em educação inclusiva.* Vejam como é importante termos professores capacitados para dar atendimento aos alunos com DI. Como já sabemos a formação e qualificação dos professores que trabalham com alunos especiais é de suma importância e aqui temos um grupo de professores capacitados, mesmo que os mesmo ainda tenham necessidade de atualizações acadêmicas e apoio ao atendimento aos alunos com DI.

A formação e capacitação dos professores assegura como que a escola trabalhar numa perspectiva do respeito, obter o respeito. Uma escola que desenvolve uma política inclusiva está plantando a semente para uma sociedade desprovida de preconceito, com noções mais igualitárias. Não basta apenas garantir a inclusão na sala de aula. A Carta para o Terceiro Milênio assegura “[...] os direitos das pessoas com deficiência, mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão delas em todos os aspectos da vida” (Brasil, 1999, p. 5), quebrando as algemas da discriminação, do preconceito e da homogeneidade das pessoas, percebendo que todos os sujeitos, com necessidades especiais devem viver como seres capazes e ativos em uma sociedade.

Tabela 03: Quais as maiores dificuldades que você tem encontrado em trabalhar com seus alunos que apresentam transtornos de aprendizagem na leitura e escrita?

Participante	Resposta
P-1	- Com a falta de materiais didáticos adequados aos alunos com DI, pois cada aluno tem uma dificuldade diferente que precisa ser trabalhada particularmente.
P-2	- A principal dificuldade é a falta de interesse por parte dos alunos, eles pouco se esforçam para aprender. Em segundo lugar, está a falta de participação e compromisso da família no processo de aprendizagem dos filhos.
P-3	- Se as famílias ajudarem, participarem de perto do aprendizado de seus filhos, com certeza teríamos menos dificuldades em trabalhar com os alunos. falta também esse interesse por parte de algumas famílias.
P-4	- São muitas as dificuldades, mas a maior dificuldade mesmo é a falta de preparo que as vezes não temos para receber e atender os alunos adequadamente.
P-5	- Não é fácil trabalhar com alunos com DI quando não se tem materiais e preparação a nível de cada necessidade.
P-6	- A falta de cursos voltados a educação especial.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela 3 temos os seguintes resultados que: *os professores entrevistados responderam que suas maiorias dificuldades encontradas em trabalhar com seus alunos são a falta de materiais didáticos adequados, dificuldade é a falta de interesse por parte dos alunos, eles pouco se esforçam para aprender, a falta de participação e compromisso da família no processo de aprendizagem dos filhos, é a falta de preparo que as vezes não temos para receber e atender os alunos adequadamente, a falta de cursos voltados a educação especial.* Como podemos ver os professores apresentam algumas dificuldades para trabalhar adequadamente com seus alunos com DI, e algumas dessas dificuldades se pode resolver juntamente com a coordenação da escola e a secretaria

municipal de educação da cidade, ou seja, a escola junta a secretaria de educação pode oferecer capacitações inovadoras para os professores.

Como expressão os professores que uma das dificuldades é a participação dos pais dos alunos na educação dos filhos. A escola, para ser inclusiva e conseguir concretizar as metas a que se propõe, deve romper barreiras de preconceito, expandir seus limites para além dos muros e trazer para seu interior os pais dos seus alunos e toda comunidade a que pertence, os quais podem colaborar nos serviços de apoio e de conscientização de seus direitos e deveres.

Tendo em vista a orientar o atendimento educacional especializado em articulação com o ensino regular, o Conselho Nacional de Educação- CNE estabelece Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, por meio da Resolução N°4/2009 que define o Atendimento Educação Especializado como um serviço da educação especial que:

Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (...) Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (Brasil, 2008, p. 87).

Tabela 04: Quando percebe que um de seus alunos apresenta transtorno de aprendizado você o encaminha logo para o setor responsável da escola?

Participante	Resposta
P-1	- Sim, eu encaminho um pequeno relatório para a Coordenação pedagógica para ajudar.
P-2	- Com certeza que sim. Além da coordenação e direção da escola é bom também conversar com a família do aluno.
P-3	- Sim encaminho e peço apoio pedagógico.
P-4	- Sempre que percebo encaminho. Não é tarefa fácil trabalhar sem o apoio da coordenação.
P-5	- Faço o encaminhamento e peço apoio.
P-6	- Como alguns alunos de início não demonstram suas necessidades, quando percebo algo diferente já encaminho e peço apoio a coordenação.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela 4 temos os resultados e discussões: *os professores entrevistados respondera que quando percebe que um de seus alunos apresenta transtorno de aprendizado os encaminham um pequeno relatório para a Coordenação pedagógica para pedir ajudar; encaminham para além da coordenação e direção da escola é bom também conversar com a família do aluno; encaminho e peço apoio pedagógico; alguns alunos de início não demonstram suas necessidades, quando percebo algo diferente já encaminho e peço apoio a coordenação.*

De acordo com o contexto sobre as dificuldades que os professores sujeitos da pesquisa apresentam, é bom ressaltar que os professores precisam ter consciência de que seu papel é ensinar, e saber que precisam estar em formações continuadas e que necessitam estar atualizados e preparados no uso das novas tecnologias.

Conforme destaca Mantoan (2005, p. 26):

Os professores, no geral, precisam realmente de uma boa formação para ensinar a qualquer um. Sabe que a formação importante para tal processo, mas, não basta que se preocupe apenas com a formação, pois a inclusão vai, além disso.

Tabela 05: De que maneira tem buscado solucionar os problemas de aprendizado de seus alunos, relacionado a leitura e escrita?

Participante	Resposta
P-1	- <i>Através de atividades lúdicas que trabalham o processo de alfabetização, sobretudo buscando um atendimento individualizado focado na real necessidade do aluno.</i>
P-2	- <i>Faço o que pode nesse sentido, procurou sim as várias formas de poder trabalhar com essas crianças e ver as necessidades delas, exigindo a presença dos pais, trazendo para a escola eventos que possam ajudar tanto a escola quanto aos pais, a terem uma visão, mas ampla de como cuidar dessas crianças na escola.</i>
P-3	- <i>Junto a equipe pedagógica para melhor acompanhar os alunos no aprendizado.</i>
P-4	- <i>As atividades lúdicas ajudam muito no aprendizado dos alunos, como os alunos com necessidades especiais, é melhor trabalhar com eles atividades que lhe prendam a atenção.</i>
P-5	- <i>Não é fácil ensinar os alunos com DI, mas nós professores sempre compartilhamos nossas estratégias de ensino para melhor trabalhar com nossos alunos, e isso tem dado certo.</i>
P-6	- <i>Além das atividades específicas para trabalhar melhor o aprendizado dos alunos, também peço ajuda dos pais no acompanhamento das atividades de seus filhos, acho importante a participação da família no ensino aprendizado dos alunos.</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela 5 temos os seguintes resultados e discussões, vejamos a seguir: *os professores responderam que tem buscado solucionar os problemas de aprendizado de seus alunos, relacionado a leitura e escrita através de atividades lúdicas que trabalham o processo de alfabetização, sobretudo buscando um atendimento individualizado focado na real necessidade do aluno; faz o que pode nesse sentido, procuram sim as várias formas de poder trabalhar com essas crianças e ver as necessidades delas, exigindo a presença dos pais; juntos a equipe pedagógica para melhor acompanhar os alunos no aprendizado; pedem ajuda dos pais no acompanhamento das atividades de seus filhos, acho importante a participação da família no ensino aprendizado dos alunos.*

Não é qualquer escola que está preparada para atender alunos com necessidades especiais. Existem requisitos básicos para atender os alunos com necessidades especiais e lidar com os problemas de ensino aprendizado, que é frequente quando se trata de escola que atendem alunos com DI. A educação escolar tem por fundamento atender a todos, mesmo quando há necessidade de adaptar a estrutura escolar e as práticas de ensino a cada criança, uma vez que as diferenças humanas são naturais. Com as crianças chegando cada vez mais cedo às salas de aula das instituições de ensino, parece que esse direito vem aos poucos sendo respeitado. A escola representa, então um significativo meio de convívio social, favorecendo as relações humanas. É bom lembrar que, como brincar também é um jeito gostoso de aprender, elas têm todo o direito a uma educação de qualidade.

“O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um conteúdo diversificado” para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos/as (com e sem necessidades intelectuais, ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular (Brasil, 2007, p. 13).

Tabela 06: Como você tem lidado com os alunos apresentam dificuldades de aprendizado na leitura ou na escrita?

Participante	Resposta
P-1	- Quando os alunos que apresentam tais dificuldades são identificados eles são encaminhados para um atendimento especializado, fora da escola e em seu contraturno. Essa é a realidade da escola que trabalho e que faz parte da rede pública municipal. E dentro da sala de aula busco atividades voltadas para essa necessidade e dar mais atenção a estes alunos para que os mesmos não se desmotivem e abandone a escola.
P-2	- A equipe pedagógica dar apoio, então além de trabalhar as atividades específicas com os alunos, peço apoio também dos pais dos alunos.

P-3	- Temos muito ainda o que aprender para lidar com os alunos com DI, mas quando trabalhamos com atividades lúdica e dinâmicas os alunos aprendem com mais motivação.
P-4	- Busco sempre trabalhar com atividades ligadas ao cotidiano dos alunos, assim eles aprendem mais.
P-5	- Sempre busco trocar informações com os colegas professores e também pedi que os pais acompanhem seus filhos em casa nas atividades.
P-6	- Tive uma boa preparação para trabalhar com alunos om DI, mas sempre temos situações diferente que precisam de atividades inovadoras para trabalhar com nossos alunos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Passando ao análises da tabela 6 temos os seguintes e resultados e discussões: *segundo os resultados os professores responderam que tem lidado com os alunos apresentam dificuldades de aprendizado na leitura; são encaminhados para um atendimento especializado, fora da escola e em seu contraturno; e dentro da sala de aula busco atividades voltadas para essa necessidade e dar mais atenção a estes alunos para que os mesmos não se desmotivem e abandone a escola; pedem ajudar a equipe pedagógica dar apoio, então além de trabalhar as atividades específicas com os alunos, peço apoio também dos pais dos alunos; busco sempre trabalhar com atividades ligadas ao cotidiano dos alunos, assim eles aprendem mais.* Como vimos os professores buscam lidar com as dificuldades dos alunos com as mais variadas formas diante das situações adversas.

Diante das dificuldades que os alunos com DI apresentam no ensino aprendizado, não podemos esquecer que a escola representa, então um significativo meio de convívio social, favorecendo as relações humanas que trabalham o lado emocional e efetivo dos alunos. As atividades lúdicas como o brincar também é um jeito gostoso de aprender, elas têm todo o direito a uma educação de qualidade.

De acordo com Souza e Loch (2008, p. 38):

É função da escola proporcionar à criança a aquisição do conhecimento, que se efetiva por meio de situações que possibilitem a lida com esse conhecimento, a reflexão, a interação, o exercício de formas diferenciadas de resolução de problemas. No entanto, o processo educacional precisa ultrapassar os muros da instituição de ensino.

Tabela 07: Acha que a escola deveria ter um profissional específico para atender os alunos que apresentam transtorno de aprendizagem?

Participante	Resposta
P-1	- Sim, a escola deve mais profissionais para atender os alunos com necessidades especiais.
P-2	- Sim, acredito que a escola tem que ter mais professores com capacitações específicas para o atendimento dos alunos com DI.
P-3	- Seria bom que a escola tivesse tanto professores com especialização em educação especial como também fonodólogo para trabalhar as dificuldades dos alunos na leitura (articulação da fala).
P-4	- Acho que melhoraria muito o aprendizado dos alunos se a escola tivesse profissionais como fonodólogo, psicopedagogos ou terapeutas para ajudar os alunos e professores no ensino aprendizado.
P-5	- Acho que todas as escolas deveriam ter profissionais para melhor atender a todos os alunos, não somente os com DI.
P-6	- É muito importante que a escola tenha profissionais capacitados para o atendimento dos alunos com necessidades especiais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela 7 temos os seguintes resultados e discussões: *os professores entrevistados responderam que a escola deveria ter um profissional específico para atender os alunos que apresentam transtorno de aprendizagem; acreditam que a escola tem que ter mais professores com capacitações específicas para o atendimento dos alunos com DI; Seria bom que a escola tivesse tanto professores com especialização em educação especial como também fonodólogo para trabalhar as dificuldades dos alunos na leitura (articulação da fala); Acho que melhoraria muito o aprendizado dos alunos se a escola tivesse profissionais como fonodólogo, psicopedagogos ou terapeutas para ajudar os alunos e professores no ensino aprendizado.* Contextualizando os resultados, como podemos ver, a necessidade de outros profissionais preparados é evidente, para atender os alunos com DI, e ajudariam muito os professores com enfrentar as dificuldades de aprendizagens dos alunos.

As leis exigem que haja uma adaptação na escola como um todo. Com o objetivo de tornar a inclusão real, ela propõe que os currículos atendam às necessidades especiais, pois não adiantaria o agrupamento das crianças com deficiência na escola regular se não atendesse às suas verdadeiras necessidades, mas infelizmente não é dado por parte do governo brasileiro a condição de atender as necessidades que a demanda de uma escola

possa assegurar um atendimento de qualidade e uma proposta especializada as possibilidades de aprendizagem desses alunos.

A efetivação da inclusão exige a superação de vários desafios, tais como: estabelecimento de novas formas pedagógicas, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas, os alunos e a própria criança deficiente precisa participar ativamente de seu processo de inclusão tudo contextualizado.

Tabela 08: Sabe preparar um projeto específico baseado nas dificuldades que apresentam os alunos com transtorno de aprendizado?

Participante	Resposta
P-1	- Sim...
P-2	- Não temo muito conhecimento para realizar um projeto específico. Precisaria de ajuda de outros profissionais específicos para realiza-los.
P-3	-Acho muito difícil fazer um projeto específico a inclusão, mesmo sabendo as dificuldades de meus alunos, mas mesmo assim acho difícil colocar em um projeto tudo que eles necessitam.
P-4	- Seria bom saber fazer projeto específico para atender as necessidades dos meus alunos, da escola, mas falta preparo para isso.
P-5	- Gostaria muito de saber fazer, mas não sei.
P-6	- Não tive essa preparação para fazer, criar projetos específicos a atendimento a alunos com necessidades especiais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando os resultados da tabela 8 temos que: *como podemos ver apenas um dos professores respondeu que sim sabe elaborar projeto específico baseado nas dificuldades que apresentam seus alunos; acham muito difícil fazer um projeto específico a inclusão, mesmo sabendo as dificuldades de meus alunos, mas mesmo assim acho difícil colocar em um projeto tudo que eles necessitam; seria bom saber fazer projeto específico para atender as necessidades dos meus alunos, da escola, mas falta preparo para isso; gostaria muito de saber fazer, mas não sei; Não tive essa preparação para fazer, criar projetos específicos a atendimento a alunos com necessidades especiais.* Então, vemos aqui a dificuldades da maioria dos professores não saber elaborar um projeto específico om estratégias para trabalhar com as dificuldades de seus alunos, sou seja, eles dependem de outros colegas ou da coordenação pedagógica para elaborar seus projetos, mas o ideal seria

que os professores baseados nas dificuldades dos alunos, já que eles vivenciam estas dificuldades de perto, eles mesmos realizassem seus próprios projetos específicos.

O paradigma da inclusão serve de parâmetro à gestão educacional e para a efetivação de projetos políticos pedagógicos que privilegiem o respeito às diferenças numa transformação histórica para os processos de exclusão presentes na educação brasileira. Certamente, a educação tem hoje o grande desafio de ressignificar suas práticas frente a uma realidade social e educacional excludente. Pensando neste aspecto a autora Werneck (1997, p. 58) destaca que: “[...] incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão deficiente ou não.”

Tabela 09: Tem conhecimentos de algum projeto específico que pode apoiar, solucionar os problemas apresentados pelos alunos que apresentam transtorno de aprendizado?

Participante	Resposta
P-1	- Sim, o projeto Mais Educação, da rede pública municipal que contempla os alunos com transtorno de aprendizado.
P-2	- Temos o projeto Mais Educação, da rede municipal. Que trata da inclusão numa visão geral dos alunos com necessidades especiais a inclusão.
P-3	- O projeto Mais Educação, que é disponibilizado para as escolas da rede pública do município.
P-4	O projeto Mais Educação do município, mas seria bom se tivéssemos nosso próprio projeto.
P-5	Sim, o projeto Mais Educação da rede municipal.
P-6	Somente o Projeto Mais Educação da rede municipal.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela 9 temos os seguintes resultados: sobre os conhecimentos de algum projeto específico que pode apoiar, solucionar os problemas apresentados pelos alunos que apresentam transtorno de aprendizado, os professores responderam *que tem conhecimento do projeto Mais Educação, da rede pública municipal que contempla os alunos com transtorno de aprendizado*. Então, os professores tem conhecimentos somente do projeto Mais Educação, isso não é suficiente para que os professores tenham bases qualificadas para melhor entender as necessidades dos alunos com DI. Trabalhar com alunos com DI é um processo que leva tempo e conhecimentos profundos sobre o tema. Os professores além de qualificação específica deve também conhecer vários projetos e saber

o necessário para elaborá-los para solucionar os problemas encontrados na sua comunidade escolar.

Tabela 10: Tem participado da elaboração de algum projeto específico para apoiar o desempenho dos trabalhos escolares da sua escola?

Participante	Resposta
P-1	- Na elaboração de projeto específico nessa área não, apenas de formações e qualificações voltadas à essa temática.
P-2	- Nunca participei de elaboração de projetos.
P-3	- Como já foi respondido anteriormente, não sei elaborar um projeto específico, então ficaria difícil participar na elaboração de um.
P-4	-- Nunca participei.
P-5	- Não participei, mas gostaria muito de participar com os colegas da escola para elaborar nosso próprio projeto.
P-6	- Nunca participei, deve ser uma boa experiência.

Fonte: Dados da pesquisa.

Passando a analisar a última tabela, a tabela 10, temos os resultados e discussões: os professores responderam não participaram da elaboração de projeto específico para apoiar o desempenho dos trabalhos escolares da sua escola que apenas tem qualificação voltado a à essa temática; outros responderam que nunca participei de elaboração de projetos; e outros responderam que não sei elaborar um projeto específico, então ficaria difícil participar na elaboração de um; enquanto que outros responderam que não participaram, mas gostariam muito de participar com os colegas da escola para elaborar o próprio projeto da escola. Como podemos ver, ter conhecimento, formação, qualificação nem sempre prepara o professor para elaboração de projetos específicos para lidar com as dificuldades apresentadas por seus alunos com necessidades especiais, para isso é necessário ter formação mais aprofundada como mestrado ou doutorado na área, e infelizmente dos professores pesquisados nenhum tem mestrado e nem doutorado.

Contextualizando e fazendo uma breve reflexão sobre a elaboração de projetos específicos, a formação e qualificação dos professores que trabalham em escolas inclusivas. Sabe-se que é tarefa da escola a promoção do desenvolvimento do educando de forma a prepará-lo para a vida social e para o trabalho. Tarefa esta, que deve iniciar com a construção da proposta pedagógica na busca da sua autonomia, o que envolve toda a

comunidade escolar, principalmente o aluno e sua família. Para tornar este ambiente mais inclusivo, acolhedor é importante adotar diversas medidas para capacitar os professores e a comunidade escolar para lidar com as diversidades, como: reuniões para discutir as dificuldades encontradas, conversas com especialistas nas diversas áreas, oferecer material bibliográfico de apoio, promover encontros com os pais de crianças com necessidades especiais ou professores que já tiveram esta experiência para dar depoimentos.

“As escolas abertas à diversidade são aquelas em que todos os alunos se sentem respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, ou melhor, são escolas indiferentes as diferenças” (Mantoan, 2001, p. 51).

Ao longo dos anos se tem refletido sobre quais seriam as posturas corretas para trabalhar essa inclusão, bem como quais seriam os possíveis caminhos para atingir essa meta. Neste contexto, e segundo Política de Educação Inclusiva, não é algo fácil de ser resolvida na prática, mesmo que educadores, familiares e comunidade busquem a escola de melhor qualidade para todos. Na escola projeta-se uma imagem que toda a sociedade tem a responsabilidade de incluir esse indivíduo ao seu meio, no entanto, a inclusão necessita de suporte e recursos necessários para propiciar o pleno desenvolvimento do indivíduo, em todos os níveis de conhecimento.

Em tese, uma escola inclusiva é aquela que em seu interior constrói práticas metódicas, as quais não excluem nenhum aluno, principalmente aqueles que já carregam consigo um histórico de preconceito e exclusão. Sabe-se, no entanto, que isso não corresponde à realidade das escolas, muitas das quais resistem diante da ideia de trabalhar com alunos “diferentes”.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa foram abordados pontos críticos da inclusão de alunos com necessidades especiais ou DI, que pontos estes ainda se tem muito a discutir pelos especialistas na área da temática em questão. A pesquisa focou no propósito analisar a inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.

Uma educação de qualidade para todos contende-se na atribuição de novas dimensões da escola com intuito na aceitação e na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e respeitando as diferentes formas de aprender. Percebe-se que nas últimas décadas muito se tem debatido sobre um sistema educacional inclusivo, abrangendo as esferas política, cultural, social e pedagógica, tendo a inclusão como um processo dinâmico e gradual, baseado na cooperação/solidariedade, respeitando às diferenças e valorizando as diferenças.

Concluimos com as respostas do primeiro objetivo específico da pesquisa que é identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré: os professores responderam que 89% dos professores entrevistados responderam que têm especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais e, 11% dos professores responderam que não têm especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais; 89% dos professores responderam que seus alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem nunca têm procurado eles para falar sobre seus problemas (dificuldades); 83% dos professores responderam que têm sabido lidar com os problemas que seus alunos apresentam no aprendizado da leitura e, 17% dos professores responderam que têm sabido, às vezes, têm sabido lidar com os problemas que seus alunos apresentam no aprendizado da leitura; 100% dos professores responderam que têm tido capacitação para acompanhar seus alunos que apresentam problemas de aprendizado na leitura e escrita; 65% dos professores responderam que seus alunos apresentam dificuldades no aprendizado na leitura e. 35% dos professores responderam

que seus alunos apresentam dificuldade na escrita. Como podemos observar os resultados, concluímos que as respostas ao primeiro objetivo da pesquisa são por parte bons, pois a maioria dos professores tem preparação para lidar com as dificuldades encontradas no ensino aprendizados dos alunos com DI, mas alguns professores ainda não sabem lidar com as dificuldades e para que o grupo tenha sucesso para enfrentar as dificuldades encontradas/ identificadas em seus alunos é necessária a preparação de todo o grupo de professores que trabalham com os alunos com DI.

Passando a conclusão do segundo objetivo específico que é conhecer a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental, os professores responderam que: a maioria dos professores têm especialização em educação inclusiva; os professores conseguem identificar os alunos com DI e buscar apoio aos mesmo graças ao conhecimento da legislação pertinente à inclusão que os preparam para, também de ter iniciativa juntos as famílias dos alunos com DI; alguns professores responderam que sim sabe elaborar projeto específico baseado nas dificuldades que apresentam seus alunos; acham muito difícil fazer um projeto específico a inclusão, mesmo sabendo as dificuldades de seus alunos, mas mesmo assim acham difícil colocar em um projeto tudo que eles necessitam; outros responderam que seria bom saber fazer projeto específico para atender as necessidades dos seus alunos, da escola, mas falta mas preparo para isso. Observando todas as respostas podemos concluir que além que os professores tenham conhecimento das diretrizes, LDB, art. 60 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, que tem como finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular, mesmo assim os professores não se acham capazes de elaborar um projeto específico.

Todos professores que trabalham com educação especial devem ter o conhecimento dos objetivos do atendimento educacional especializado citados no Artigo 3 do decreto 7611 é o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. II – Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades/superdotação.

Passando a conclusão do terceiro objetivo específico que é determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré, temos as seguintes respostas: algumas das implicações que os professores responderam foi em lidar com as dificuldades no aprendizado de seus alunos relacionado a leitura e outros professores responderam que são as dificuldades de lidar com seus alunos no aprendizado na escrita; outras implicações são incluir novas formas pedagógicas, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas, os alunos e a própria criança com DI precisam participar ativamente de seu processo de inclusão; alguns professores afirmam que os alunos que apresentam dificuldades de aprendizado comprometem às vezes o desenvolvimento dos outros colegas de sala de aula; e outras implicações seriam, além da escola receber alunos especiais, os professores sentem dificuldades em trabalhar com seus alunos são a falta de materiais didáticos adequados, a falta de interesse por parte dos próprios alunos, que pouco se esforçam para aprender, a falta de participação e compromisso da família no processo de aprendizagem dos filhos, é a falta de formação continuada dos professores para receber e atender os alunos adequadamente, a falta de cursos voltados a educação especial. Todas as respostas apresentadas tem um impacto na inclusão dos alunos ao ensino regular. É importante que a escola implante salas de recursos multifuncionais, formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado, formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva, adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade, elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade. Todos estes critérios apresentados são necessários para a inclusão aconteça de fato nas escolas de ensino regular.

Finalmente chegando a conclusão do objetivo geral da pesquisa que é analisar a inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil, temos que: segundo as análises dos resultados temos que os desafios da inclusão dos alunos com DI na instituição escolar pesquisada estão claramente explicitas nos resultados da pesquisa como: por parte que a escola nem todos os professores estão capacitados para trabalhar com educação inclusiva, os professores apresentam dificuldades em lidar com seus alunos no ensino aprendizado da leitura e escrita, os professores não se sente capazes de elaborar projeto específico para dar um melhor atendimento a seus alunos, a escola tem que rever

seu PPP, além de que a escola não possui sala multifuncional para trabalhar os alunos com DI.

Por fim, esse trabalho mostra as evidências e as necessidades de outros estudos acerca de experiências e práticas de inclusão escolar. Ou seja, como os alunos portadores de necessidades educacionais especiais estão sendo avaliados, e como eles estão sendo atendidos nas escolas de ensino regular. Novos estudos de caso seriam de grande importância para entendermos o processo de inclusão educacional, incluindo as mudanças e os recursos realizados pelas escolas que se propõem ser inclusivas. Precisamos de mais conhecimentos sobre o andamento e os resultados desse processo, que ainda relativamente recente em nosso país.

Enquanto educadores, devemos respeitar essas pessoas de forma que sejam incluídas, com igualdade, e que seus direitos sejam realmente executados. Se torna sugestivo enfrentar um desafio de tornar a escola um espaço aberto e adequado ao ensino inclusivo.

Sabe-se que muitas implicações e dificuldades são encontradas particularmente sobre os princípios da educação inclusiva para que atenda as especificidades de cada um, ou seja, o maior desafio consiste em descobrir como transformar uma sociedade que se exclui dessa realidade quando se faz necessário a inclusão e o respeito às diferenças. No entanto faz-se necessário a importância de abordar esse trabalho levando pais, professores, secretária de educação, e toda a sociedade a discutir e refletir sobre um tema tão relevante.

RECOMENDAÇÕES

Diante desse cenário, encerrar as discussões com este trabalho sobre análise da inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais: desafios e conquistas no ensino Fundamental na Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.

Por isso, recomendasse novos estudos sobre a temática aqui discutida, para a ampliação dos conhecimentos e das discussões sobre esse problema, que atualmente tem se revelado para muitos como uma proposta positiva e para outros um entrave no processo de ensino aprendizagem na inclusão no ensino regular

A partir desta pesquisa identificaram-se os pontos positivos e os pontos negativos relacionados a prática docente dos professores de tal forma a estabelecer estratégias que possam fortalecer mais os pontos positivos e superar os negativos.

Desse modo, recomenda-se para a ensino Fundamental na Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil, algumas recomendações baseadas nos resultados da pesquisa:

- Proporcionar um atendimento educacional especializado as necessidades especiais, implantando uma sala de recursos com adaptações favoráveis ao projeto político pedagógico da escola com intuito de contribuir no seu desenvolvimento sócio/afetivo e cognitivo;
- Construir cursos e programas de formação continuada para que os pretendentes a carreira de magistério possam compor como estrutura didática pedagógica conforme as necessidades apresentadas na escola campo de pesquisa;
- Propor que a Secretaria de Educação do Município construa uma qualificação específica onde o compromisso com as pessoas com necessidades especiais viabilizem o seu desenvolvimento escolar conforme a realidade vivenciada;

- Formar associação de pais e mestres- APM que contribua e beneficie ações e comportamentos em prol a inclusão social e escolar, consolidando as diretrizes socioeconômicas de cada realidade às pessoas com necessidades especiais;
- Proporcionar aos professores formação continuada voltada a renovação da prática didático pedagógica, a criação de metodologias e de adaptações curriculares de acordo as necessidades especiais do aluno com DI;
- Promover ações educacionais voltadas à pesquisa dentro dessa instituição para viabilizar as necessidades sobre a luz da coletividade de forma a facilitar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais;
- Recomenda-se que novos estudos, a partir desta pesquisa, possam ser desenvolvidos maiores discernimentos sobre o processo avaliativo em alunos com DI.

A formação docente com relação a inclusão social deve criar condições para que o professor possa ampliar seus conhecimentos, quebrar velhos paradigmas, identificando as contribuições pedagógicas para a interação multidirecional à autonomia do aluno na busca de informações, na regulação do tempo, no ritmo de estudo; acompanhar o caminho epistemológico do aluno, o trabalho em grupo colaborativo, a motivação, o desempenho do aprendizado, a qualidade do contexto educativo, os estudos de caso; ampliar o universo cultural do aprendiz; e provocar a transformação da prática pedagógica. Isso exige a superação de concepções de formação centradas no domínio de recursos e a reflexão sobre essa prática à luz de teorias que são articuladas com as experiências.

REFERÊNCIAS

- Araújo, I. (2016). Gamification: Metodologia para envolver e motivar alunos no processo de aprendizagem. *Education in the Knowledge Society*, 17(1), 87–107.
- Barros, A. J. P. de, Lehfeld, N. A. de S. (2010). *Fundamentos de Metodologia*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Batista, I. L. (2007). *Perspectiva pós-moderna e interdisciplinaridade educativa: pensamento complexo e reconciliação integrativa*. Ensaio, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 147.
- Blanco, Rosa (2002). *Revista Gestão em Rede*. Implicações Educativas do Aprendizado na Diversidade, agosto, 2002.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil* Brasília: Senado.
- Brasil. (1988) *Constituição Federal: Artigo 205*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (1994) *Declaração de Salamanca*. Brasília: MJ/MEC, 1994.
- Brasil. (1994). *Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos Corde.
- Brasil. (2004) *Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão*. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. (1996) *Lei n. 9394/96: Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC/SEEFF.
- Brasil. (2006) *Parâmetros Curricular Nacional: Apresentação dos Temas Transversais e Ética*. Brasília: MEC/ SEF.
- Brasil. (2004) *Convenção de Guatemala*. Brasília: MJ/SAI.
- Brasil. (2007) *Carta para o Terceiro Milênio*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.
- Carvalho, R. E. (2010). *Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico*. Porto Alegre: Mediação.

- Chalita, G. (2001). *Educação: A solução está no afeto*. 5. ed. São Paulo: Editora Gente.
- Duek, V. P.; Naujorks, M. I. (2006). *Docência e inclusão: reflexões sobre a experiência de ser professor no contexto da escola inclusiva*. Revista da FAEEDBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.16, n.27, pp. 41-53.
- Fávero, E. A. G. (2007). *O direito a uma educação inclusiva*. In: GUGEL, Maria Aparecida Gugel; COSTA FILHO, Waldir Macieira da; RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes (orgs.). *Deficiência no Brasil: uma abordagem integral dos direitos das pessoas com deficiência*. Florianópolis: Obra Jurídica.
- Fávero, E. A. G.; Pantoja, L. M.; e Mantoan, M. T. E. (2007). *Aspectos legais e orientações pedagógicas*. São Paulo: MEC/SEESP.
- Ferreira, W. (2004). *Da Exclusão à Inclusão: formando professor para responder à diversidade na sala de aula*.
- Fonseca, V. (1995). *DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: NA BUSCA DE ALGUNS AXIOMAS*. Rev. Psicopedagogia 2007; 24(74): 135-48.
<https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v24n74a05.pdf>
- Freitas, H. C. L. (2006). *Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação*. Educação & Sociedade, v. 23, n. 80, p. 137-168, Campinas.
- Hernandez Sampieri, R.; Collado C. F.; Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*, 3 ed. – São Paulo: MCGRAW-HILL.
- Kauark, F. S.; Manhães, F. C. e Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da Pesquisa: Um Guia Prático*. Bahia. VIA LITTERARUM.
- Libâneo, J. C. (2004). *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola.
- Loch, R. E. N. (2008). *Cartografia Tátil: Mapas para Deficientes Visuais*. In: Portal da Cartografia. Londrina, volume 1, n°.1, maio/ago. p. 35-58,
- Luckesi, C. C. (1995). *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez.
- Maia, Á. A. (2010). *Metodologia Científica: pensar, fazer e apresentar cientificamente*. Imperatriz, MA, 2010.
- Mantoan, M. T. E. (Org.) (1997). *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: Paulo: Memnon.

- Mazzotta, M. J. S. (2005). *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Mendes, M. D. (2020). *Teorias da Educação e Formação de Professores Marcos fundamentais da história do pensamento educacional*. 1ª Ed. Fortaleza, Ceará: editoRa da UECE.
- Moraes, C. S. V. (2003). *A socialização da força de trabalho: introdução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo*. Bragança Paulista: EDUSF.
- Pacheco, J. (2007). *Caminhos para a Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed.
- Pereira, F. I. (2017). *Aprendizagem por pares e os desafios da educação para o senso-crítico*. *International Journal Activie Learning*, 2(1), 6–12. <https://doi.org/10.15202/25262254.2017v2n1p6>
- PFDC, Procuradoria Federal do Direito do Cidadão (2004). *Acesso de Aluno com Deficiência as Escolas Comuns na Rede Regular*, 31, 2004.
- Sassaki, R. K. (2005). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.
- Sassaki, R. K. (2005). *Construindo uma Sociedade para Todos*. Rio de Janeiro. Ed. WVA.
- Silva, M. (2006). *O habitus professoral: o objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula*. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n.29, p.152-163.
- Smyth, J. (2008). Teachers work and the politics of reflection. *American Educational Research Journal*, v. 29, n. 2, p. 267-300, SUMMER.
- Tédde, S. (2012). *Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2012. Disponível em: <https://unisal.br/wpcontent/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_SamantaT%C3%A9dde.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- Unesco (1994). *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília.

Werneck, C. (1997). *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA.

APÊNDICES

Apêndices 01: Instrumentos da pesquisa.



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCION –UAA
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACION

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Professor (a),

Este formulário destina-se a validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: *Intervenção análise da inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais: desafios e conquistas no ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.*

Autora: Maria de Lourdes Ribeiro da Silva Alves

OBJETIVO GERAL: Analisar a inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

OBJETIVO 1: Identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.

OBJETIVO 2: Conhecer a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental;

OBJETIVO 3: Determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.

Seguem os instrumentos abaixo que serão avaliados observando as seguintes opções com respeito aos nunciados de uma escala tipo LIKERT de 1 a 5; com os seguintes valores: 1- DESACORDO TOTALEMNTE 2-DISCORDO 3- INDECISO 4- CONCORDO 5- CONCORDO TOTALEMENTE: que devem ser assinaladas com (X). Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento de minha pesquisa.

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DE QUESTIONÁRIO PRÉ-TÉCNICA

Prezado (a) Professor (a)

Este formulário destina-se a validação do instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é:

ANÁLISE DA INCLUSÃO SOCIAL DOS ALUNOS COM NECESSIDADES INTELLECTUAIS: DESAFIOS E CONQUISTAS NO ENSINO FUNDAMENTAL DA MARIA DE NAZARÉ, MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, ALAGOAS, BRASIL.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há coerência entre as questões formadas e os objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação. Na coluna de I e II está a numeração (1 a 10), que devem ser assinaladas com (X). Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento de minha pesquisa.

Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas, além da clareza na construção dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o campo de observação deixada no próprio formulário ao lado de cada questão.

As colunas com “COERÊNCIA” E “CLAREZA” devem ser assinaladas com UMA PONTUAÇÃO ENTRE 1 E 5, que devem ser assinaladas com (X). Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e presteza em contribuir com o desenvolvimento de minha pesquisa.

Esta análise da adequação dos instrumentos aos objetivos da investigação vai ser validada através do julgamento de Doutores.

OBJETIVO 1: Identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré;

Questionário: 10 perguntas.

PERGUNTAS DO QUESTIONARIO					
	1	2	3	4	5
1- Você tem alunos que apresentam transtornos específicos no aprendizado da leitura e escrita? a) Tenho de 1 a 5 alunos b) Tenho de 6 a 10 alunos c) Tenho de 11 a 15 alunos d) Tenho mais de 15 alunos					
2- Os pais de seus alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem tem procurado você para falar sobre os problemas de aprendizagem dos mesmos?					

<p>a) Procuram muito b) Procuram as vezes c) Procuram pouco d) Nunca procuram</p>					
<p>3- Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem: são na maioria meninos ou meninas? a) São meninos b) São meninas</p>					
<p>4- Tem sabido lidar com as dificuldades de aprendizagem que seus alunos apresentam no aprendizado das disciplinas lecionadas? a) Tenho sabido muito b) Tenho sabido às vezes c) Tenho sabido pouco d) Não tenho sabido</p>					
<p>5- Tem tido capacitação para acompanhar seus alunos que apresentam dificuldades de aprendizado nas disciplinas que você leciona? a) Tenho tido muito b) Tenho tido às vezes c) Tenho tido pouco d) Não tenho tido</p>					
<p>6- Você tem especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais? a) Tenho especialização b) Não tenho especialização</p>					
<p>7- Em que aprendizado seus alunos apresentam dificuldades: na leitura ou na escrita? a) Na leitura b) Na escrita</p>					
<p>8- O município de sua escola fornece materiais específicos para você trabalhar as dificuldades de aprendizagem de seus alunos? a) Fornece muito b) Fornece razoavelmente c) Fornece às vezes d) Fornece pouco</p>					
<p>9- Seus alunos se sentem bem atendidos em relação as metodologias que você usa para potencializar o aprendizado deles? a) Sentem muito b) Sentem às vezes c) Sentem pouco d) Nenhuma as respostas</p>					
<p>10- Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizado comprometem o desenvolvimento dos outros colegas de sala de aula? a) Comprometem muito</p>					

b) Compromete às vezes					
c) Compromete pouco					
d) Não compromete					

Observações:

.....

.....

.....

.....

OBJETIVO 3: Determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.

Entrevista: 12 perguntas.

PERGUNTAS DO QUESTIONARIO					
	1	2	3	4	5
1- Você tem curso de especialização? Qual o curso?					
2- Quais as maiores dificuldades que você tem encontrado em trabalhar com seus alunos que apresentam transtornos de aprendizado na leitura e escrita?					
3- Quando percebe que um de seus alunos apresenta transtorno de aprendizado você o encaminha logo para o setor responsável da escola?					
4- De que maneira tem buscado solucionar os problemas de aprendizado de seus alunos, relacionado a leitura e escrita?					
5- Você tem percebido que a maioria dos alunos apresentam dificuldades de aprendizado na leitura ou na escrita?					
6- Acha que a escola deveria ter um grupo de profissionais específico para atender os alunos que apresentam transtorno de aprendizado?					
7- Sabe preparar um projeto específico baseado nas dificuldades que apresentam os alunos com transtorno de aprendizado?					
8- Sabe preparar um projeto específico baseado nas dificuldades que apresentam os alunos com transtorno de aprendizado?					

9- Tem conhecimentos de algum projeto específico que pode apoiar, solucionar os problemas apresentados pelos alunos que apresentam transtorno de aprendizagem?					
10- Tem participado da elaboração de algum projeto específico para apoiar o desempenho dos trabalhos escolares da sua escola?					
11- Acha que a gestão da escola deveria apoiar a criação de um projeto de intervenção psicopedagógica para atender as necessidades dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem?					
12- A família dos alunos que apresentam transtorno de aprendizagem, tem acompanhado o desempenho de seus filhos na escola?					

Observações:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

VALIDADE DO INSTRUMENTO

A análise da adequação dos instrumentos aos objetivos da investigação foi validada através do julgamento de ____ (três) doutores na área de _____, do _____, que atestaram a adequabilidade dos instrumentos para a presente pesquisa; e um da Universidade de Granada, Espanha, autorizada a realizar essa avaliação.

Esses profissionais tiveram a oportunidade de fazer as correções adequadas em termos de conteúdo, relevância, ambiguidade, elaboração e outros aspectos considerados necessários para melhorar a apresentação e o conteúdo do questionário para a coleta de dados.

A validade do conteúdo do instrumento foi expressa através dos seguintes questionamentos: Estão corretamente escritas as questões? As perguntas são expressões claras? As questões estão diretamente relacionadas com o tema? Será que o tipo e o tamanho da fonte são adequadas? É clara a intenção da aplicação do questionário? Há um número suficiente de itens do questionário em relação aos objetivos da pesquisa? Os itens

do questionário são bem sequenciados? Tem instruções claras para responder as perguntas? O formato e a distribuição de itens são agradáveis aos olhos e motivadores para reação dos alunos pesquisados? Será que os itens satisfazem as regras de redação para a formulação de perguntas de um questionário? Apresenta várias opções de respostas ao item? Se evita abreviaturas, frases incompletas?

Marcando este procedimento, as observações e sugestões dos especialistas, sugeriram a adequabilidade dos instrumentos propostos.

Assunção (PY), ____ de _____ de 2023.

Observações da Entrevista: _____

DADOS DO AVALIADOR

Nome Completo: _____

Formação: _____

Instituição de Ensino: _____

Assinatura do Avaliador: _____

DADOS DO AVALIADOR

Nome Completo: _____

Formação: _____

Instituição de Ensino: _____

Assinatura do Avaliador: _____

Apêndices 02: Modelo do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Caro(a) professor(a), você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa cujo título é **O Ensino por Investigação como estratégia de ensino e aprendizagem nas salas de aulas da educação básica: uma proposta para aprendizagem significativa**, a ser realizada inicialmente por meio da aplicação de um questionário online.

Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

A pesquisadora responsável é a professora Maria Rejane Campos Pereira Freitas. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidad Autónoma de Asunción – UAA – Paraguai. IDCES-24103487Q, cujo objetivo geral é analisar o impacto da investigação como estratégia de ensino e aprendizagem nas salas de educação básica das escolas estaduais do município de Arcoverde – Pernambuco, Brasil.

O (A) Sr (a) está sendo convidado porque faz parte grupo de professores da escola que lecionam a unidade curricular *Investigação Científica*, ou assume a função de Educador de apoio nas escolas públicas estaduais no município de Arcoverde. Entretanto, você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço. Sua participação não é obrigatória, nem remunerada. Caso você não queira participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

A pesquisa será realizada em duas etapas, inicialmente por meio de um questionário online, constituído por 29 perguntas que estará disponível para ser respondido entre os dias 03/04 a 06/04/2023. Estima-se que você precisará de aproximadamente 30 minutos para responder todas as questões. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa.

Em outro momento através de agendamento prévio, será aplicada uma entrevista com o grupo de professores da escola que lecionam a unidade curricular *Investigação Científica* e Educador de apoio, com foco no processo formativo, na vivência do componente e resultados do ensino aprendizagem, sendo esta fase registrada e gravada/filmada.

A pesquisa não oferece quaisquer riscos para os participantes. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida você poderá realizar o contato imediato com a pesquisadora responsável pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Os resultados da pesquisa são de cunho pedagógico e serão usados para o conhecimento e reflexão sobre esse tema importante para a nossa profissão, proposto nos documentos

orientador curricular nacional a BNCC e o currículo estadual. E serão publicados mediante a defesa da dissertação de mestrado na universidade, assim como em congressos, e publicações de artigos referentes a mesma. Os colaboradores poderão ter acesso individual às informações em todas as etapas do estudo.

A pesquisadora garante e se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

Se desejar ter uma cópia deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em pdf para guardá-lo em seu computador. Você também poderá solicitar a pesquisadora do estudo uma versão deste documento a qualquer momento através do e-mail registrado no final deste termo.

Pesquisadora: Maria Rejane Campos Pereira Freitas

Estudante do curso de Mestrado em Ciências Educação - Universidade Autônoma de Assunção (PY)

E-mail: rcamperf@gmail.com

Endereço: Rua João Martins dos Santos, nº 11 – B. Cardeal – CEP: 56.504-005 -Arcoverde - PE

Nº do celular/whatsapp: (87) 99642-9971

Apêndices 03: Modelo do consentimento de participação.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu concordo em participar voluntariamente do presente estudo. A pesquisadora me informou sobre todos os encaminhamentos da pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos: da liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem; da segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade; do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à minha participação. Também fui informado que devo imprimir ou gerar um pdf do TCLE para ter a minha cópia, ou que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

ACEITO PARTICIPAR ()

NÃO ACEITO PARTICIPAR ()

ANEXOS

Anexos 01: Autorização para aplicação da pesquisa.



**UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ASUNCIÓN**

Asunción, 28 de septiembre del 2023

A quien corresponda:

Por la presente, a pedido de la interesada, se comunica que **MARIA DE LOURDES RIBEIRO DA SILVA ALVES** es alumna de la Maestría en Ciencias de la Educación, de la Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación, de la **Universidad Autónoma de Asunción (UAA)**, quien, en el presente año, se encuentra en fase de elaboración de su tesis de Maestría con el tema de investigación: **"ANALISE DA INCLUSÃO EDUCATIVA Y SOCIAL DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS INTELECTUAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MARIA DE NAZARÉ, MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, ALAGOAS, BRASIL."**

A fin de recolectar datos como parte de la elaboración de la Tesis mencionada, solicitamos, por favor a las autoridades de la institución, se le concede a la alumna, la autorización para la aplicación de su instrumento de investigación, necesario para concluir el trabajo correspondiente.

Para lo que hubiere lugar,



.....

José Antonio Torres
Presidente del Comité Científico
Universidad Autónoma de Asunción

Sede Central – Edif. Jejuí – Jejuí 667 of 15 de Agosto
Teléfono: (595 21) 495 873 (R.A.) Fax: 445 231 – E-mail: info@uaa.edu.py